



**UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DEFESA E SEGURANÇA DO ATLÂNTICO:
“UMA APROXIMAÇÃO DO SISTEMA ESTRATEGICO DE
CABO VERDE”**

ANILDO LOPES ROCHA

MINDELO, 2015



**Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais
Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais**

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

**DEFESA E SEGURANÇA DO ATLÂNTICO:
“UMA APROXIMAÇÃO DO SISTEMA ESTRATÉGICO DE CABO
VERDE”**

AUTOR: ANILDO LOPES ROCHA

ORIENTADOR: DOUTOR ROLANDO RIOS

MINDELO, 2015

AUTOR: ANILDO LOPES ROCHA

TÍTULO: DEFESA E SEGURANÇA DO ATLÂNTICO:
“UMA APROXIMAÇÃO DO SISTEMA ESTRATÉGICO DE CABO VERDE”

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Anildo Lopes Rocha

Mindelo, 17 de Julho de 2015

“Trabalho apresentado à Universidade
do Mindelo como parte dos requisitos
para obtenção do grau de licenciatura
em Ciência Política e Relações
Internacionais”.

**O conhecimento é a porta do desenvolvimento
em tempos modernos mesmo sem alternativas...Pois.
- Dedico este, á minha mãe pela toda sua fé.**

AGRADECIMENTOS

Começo com uma salva de palmas a todos os que viveram e conviveram comigo durante a minha caminhada académica, que de uma maneira ou outra, me sinto uma obrigação de agradecer pelo acompanhamento que chegou a meta tão desejada na vida de quem teve muitas dificuldades para terminar esse percurso devido aos enormes contornos que imprevisivelmente aparece-nos como obstáculos. Daí que vem um caloroso agradecimento a toda a família, especialmente a minha mãe Maria Paula que incansavelmente me apoiou em todas as circunstâncias difíceis, que justifica a razão da existência desse trabalho.

Agradeço o meu orientador, Doutor Rolando Rios pela paciência, garra e toda a disponibilidade que demonstrou ao longo desse trabalho, que de forma incondicional fez gosto e desejo de trabalhar e acreditar-me que querer é poder e que quando é assim as coisas acontecem naturalmente.

Agradeço a minha Coordenadora do curso Mestre Risanda Soares pelo apoio, dedicação, simpatia e disponibilidade que demonstrou ao longo deste percurso, que diferentemente seria mais difícil cortar a meta.

Agradeço a Universidade do Mindelo pela oportunidade que me conferiu e pela entrega sem preço, desde o início da minha estadia, que fez-me sentir em casa mesmo estando longe.

Agradeço todo o corpo docente, discentes, camaradas e amigos pelas boas e más horas que serviu e servirá de lição para aprendermos ou melhorarmos cada vez mais os laços de amizade, porque é disso que faz da vida o sentido e a direcção para o sucesso.

Agradeço os não referidos, sendo os últimos mas não os menos importantes, pela força, coragem, aconselhamento, carinho, acolhimento e até pelas festas e largas noites que de uma maneira ou outra fez parte do meu percurso durante a minha vida académica.

RESUMO

O trabalho intitulado “Defesa e Segurança do Atlântico: Uma Aproximação do Sistema Estratégico de Cabo Verde” que se apresenta, está constituído por um tema de actualidade nacional e internacional, que resulta do interesse em colocar a questão de segurança e defesa do Atlântico como uma das noções significativas do direito internacional em termos de cooperação, e a sua repercussão para Cabo Verde pela sua situação geoestratégica. Sendo significativo para outros estudos que serão colocados como fontes imediatas deste fenómeno.

O desenvolvimento da investigação questiona o sistema de segurança nacional e internacional, através de caracterizações e interpretações que avaliam a eficiência como sistema estratégico no que toca os interesses nacionais e internacionais a partir das políticas e programas de governação interna e externa de Cabo Verde nesta matéria, focalizando na vertente da defesa e segurança marítima do Atlântico.

Em suma, este trabalho pretende efectivamente avaliar o estado do sistema geopolítico e geoestratégico da defesa e segurança de Cabo Verde aos efeitos de comprovar se existe ou não, uma aproximação com a política e objectivos estratégicos do Atlântico na matéria da defesa e segurança face às vulnerabilidades; exploração; conflitos; ameaças e práticas de ilícitos.

Palavras-chaves: Sistema Estratégico de Defesa e Segurança Nacional; Ameaças / Crimes e Ilícitos; Segurança Marítima; Geopolítica; Geoestratégica de Cabo Verde; Defesa do Atlântico.

ABSTRACT

The work entitled "Defense and Security of the Atlantic: A Strategic Approach System of Cape Verde" that presents itself is made up of a subject of national and international news, resulting from interest in putting the issue of security and defense of the Atlantic as a the significant notions of international law in terms of cooperation, and its repercussions for Cape Verde for its geostrategic situation. It is significant for other studies that will be placed as immediate sources of this phenomenon.

The development of research questions the national and international security system through characterizations and interpretations that assess efficiency as a strategic system regarding the national and international interests from the political and internal and external governance of Cape Verde programs in this field, focusing on the aspect of defense and maritime security of the Atlantic.

In short, this work aims to effectively assess the state of geopolitical and geostrategic system of defense and security of Cape Verde to the effects of proving whether or not an approach to policy and strategic objectives of the Atlantic in the field of defense and security against vulnerabilities ; exploration; conflicts; threats and illegal practices.

Keywords: Strategic Defense System and National Security; Threats / Crime and Illicit; Maritime Safety; Geopolitics; Geostrategic of Cape Verde; Defense of the Atlantic.

LISTA DE SIGLAS

ADM - Armas de Destruição Maciça

B.O- Boletim Oficial

C.V- Cabo Verde

CEDEAO – Comunidade Económica dos Países da África Ocidental

CEDSN - Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional

CMCV - Código Marítimo de Cabo Verde

CNUDM- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CPLP- Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

CTM- Cooperação Técnico Militar

DPMCUE - Declaração Comum sobre uma Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e Cabo Verde

E.U.A- Estados Unidos da América

F.A.C.V- Forças Armadas de Cabo Verde

FRONTEX - Fronteiras Exteriores dos Estados Membros da União Europeia

G C- Guarda Costeira

GIABA - Grupo Intergovernamental de Acção Contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental

IMP-Instituto Marítimo Portuário

MAOC (N) - Centro de Análise e Controlo das Operações Marítimas – Narcóticos

N/P- Navio Patrulha

NATO- Organização do Tratado do Atlântico Norte

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONU- Organização das Nações Unidas

PJ- Polícia Judiciária

PM-Polícia Marítima

PN- Polícia Nacional

SOLAS - Convenção sobre a Salvaguarda da Vida no Mar

U.E- União Europeia

UNODC- Escritório das nações Unidas Contra Droga e Crimes

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VII
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE SIGLAS	X
ÍNDICE DE QUADROS	XV
ÍNDICE DE FIGURAS	XV
INTRODUÇÃO.....	16
METODOLOGIA.....	17
 CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ATLÂNTICO COMO ZONA ESTRATÉGICA. ALGUNS ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO – CABO VERDE.....	 19
1. A história do Atlântico e o posicionamento geográfico enquanto rota marítima entre a Europa, América e a África.	19
1.1- Oceano Atlântico.....	20
1.2- Países banhados pelo Atlântico	20
2. O Espaço Geográfico: Cabo Verde no Atlântico	21
3. Espaços Marítimos Nacionais e Regime de Navegação.....	22
3.1. Áreas Marítimas	22
3.2. As águas interiores:	22
3.3. As águas arquipelágicas:	22
3.4. O mar territorial:	23
3.5. A zona Contígua:	23
3.6. A zona económica exclusiva:	23
3.7. A plataforma continental:	23
4. Tipologias de Crimes Cometidos nesta Zona Económica	24
4.1. Tipos de crimes e perspectivas do combate:	25
4.2. No que toca ao combate ao tráfico de droga na sub-região oeste africana:.....	25

5. Caracterizar os crimes de pirataria, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, e outros que transcorrem nesta zona.	26
5.1. Narcotráfico	26
5.2. Imigração Clandestina	28
5.3. Medidas Legislativas	29
6. Vulnerabilidades e meios para combater os comportamentos criminosos relativamente ao Narcotráfico, tráfico de pessoas e outros tipos de ilícitos.....	30
6.1. Vulnerabilidades	30
6.2. Direitos e Deveres dos Estados:	30
7. Meios navais e aéreos da Guarda Costeira na Defesa contra ilícitos:	32
7.1. Meios navais operacionais:.....	32
7.2. Meios navais inoperacionais:.....	32
7.3. Meios aéreos:	33

CAPÍTULO II. INTERVENÇÃO INTERNACIONAL DE CABO VERDE E O SEU SISTEMA DE DEFESA NACIONAL..... 34

1. Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN), comparada no plano internacional.	35
2. Análise Comparada do Estado Seguro entre CV enquanto país insular no Atlântico (Costa Ocidental Africana), com os Estados vizinhos da África Ocidental:.....	35
3. Uma visão Política/Jurídica Externa Comparada de Cabo Verde na matéria da Defesa e Segurança Internacional enquanto País estratégico no Atlântico.	37
3.1. Aplicabilidade da Convenção sobre crimes nas águas de Cabo Verde.	38
4. Alguns Tratados, Acordos, Cooperações ou Parcerias assinadas/ratificadas na matéria da Defesa e Segurança Colectiva.	38
4.1. Acções bilaterais entre Cabo Verde e Portugal na matéria da Cooperação Técnico Militar:.....	39
5. Análise dos dados do Relatório de Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA):	39

CAPÍTULO III. QUADRO PARA ANÁLISE TEÓRICO E REFLEXÕES, NA MATÉRIA DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL / ATLÂNTICO – CONCEITOS E INTERVENÇÕES. 42

1. Enquadramento Nacional	42
2. Espaço Estratégico de Interesse Nacional	43
3. Espaços de interesse estratégico.	44

CAPÍTULO IV. DEFESA E SEGURANÇA DO ATLÂNTICO- “UMA APROXIMAÇÃO DO SISTEMA ESTRATÉGICO DE CABO VERDE”	46
1. Avaliar - Uma aproximação a partir da Legislação, Política e papel das Autoridades.	46
1.1. Cabo Verde e as suas relações com os 4 continentes.	46
1.2. Algumas ilações teóricas para reflexão sobre a coordenação das Autoridades Marítimas de Cabo Verde em matéria de segurança marítima, defesa e dos outros interesses do Estado.....	49
1.3. Código Marítimo de Cabo Verde no âmbito do direito comparado com os outros sistemas estratégicos no plano nacional e internacional para o contributo na segurança marítima nacional e defesa do Atlântico.	50
1.4. Legalidade Jurídica.....	51
1.5. Vulnerabilidades e as ameaças mais prováveis.	51
1.6. Objectivos Específicos da Segurança Marítima	52
1.7. Exemplo Prático: Apreensão de Acto Ilícito nas águas de Cabo Verde em missão conjunta das Autoridades Cabo-verdianas com Apoio dos E.U.A.....	53
2. Avaliar - Uma aproximação a partir da geopolítica e geoestratégia de Cabo Verde..	54
2.1. Enquadramento	54
3. Avaliar - Uma aproximação a partir da “Ambição da Extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas” e o paradoxo da sustentabilidade e controlo face a fracos recursos do Estado de Cabo Verde enquanto Pequeno Estado, arquipelágico e insular no Atlântico médio.....	56
4. Avaliar – Uma aproximação a partir das ilações comparadas dos titulares da área da Defesa Nacional e Segurança marítima de Cabo Verde.....	59
CONCLUSÃO.....	71
RECOMENDAÇÕES.....	75
BIBLIOGRAFIA	76
1- Livros Consultados:	76
2- Conferências, Seminários e Artigos consultadas nas páginas do web:	76
3- Revista consultada:.....	79
4- Diplomas apoiadas:	80
5- Páginas da internet:	81
ANEXOS.....	82

1. Cabo Verde e as Rotas Marítimas no Corredor do Atlântico	82
2. Convenções que Cabo Verde ratificou na matéria sobre Droga e Crime	83
3. A Estrutura da Guarda Nacional e da Guarda Costeira	84
4. Programa do Governo VIII Legislatura:	86
5. Carta das Nações Unidas	88
6. Acordos e Tratados assinados por Cabo Verde.	89
6.1. Acordo entre a República de Cabo Verde e o Reino de Espanha sobre vigilância conjunta dos espaços marítimos sob a soberania e jurisdição de Cabo Verde.	89
6.2. Memorando de entendimento entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.	90
6.3. Tratado entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa no domínio da fiscalização conjunta de espaços marítimos sob soberania ou jurisdição da República de Cabo Verde.	91
7. Dados Estatísticos das Missões dos Navios da Guarda Costeira.....	92
7.1. Navio Patrulha Vigilante - ano 2011	92
8. Participação do Guardião no Exercício “Saharan Express” - 2012.....	94
9. Missões do Navio Patrulha Guardião de Janeiro a Março - 2013	96
10. Exercício – Saharan Express 2013	99
11. Guião de Entrevista	100

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 - Estrangeiros apreendidos em situação de imigração clandestina.....	29
Quadro nº 2 - Golpes de Estado e Motins na África Ocidental (1980 - 2003)	36
Quadro nº 3 – Participação dos militares Cabo-Verdianos no exercício Mar Aberto	39
Quadro nº 4 - Ratificação das Convenções das Nações Unidas no Plano Regional.....	40
Quadro nº 5 - Ratificação das Convenções das Nações Unidas no Plano Internacional.....	40

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1- Imigração Ilegal.....	28
Figura nº 2- Posição estratégico de Cabo Verde e as suas relações com os 4 continentes.....	47
Figura nº 3- Operação Tortuga.....	53
Figura nº 4- Operação Tortura.....	53

INTRODUÇÃO

Um dos temas de extrema complexidade nas relações internacionais e dentro do direito internacional contemporâneo, resulta da segurança e defesa marítima. A segurança e defesa marítima do Estado Cabo-verdiano dentro do elemento da soberania aplicado em sua posição geográfica, que abrange, Zona Económica Exclusiva, Plataforma Continental, Cajos e ilhas adjacentes, além de águas interiores e internacionais, de acordo aos limites afixados.

Portanto, “a afirmação da utilidade do país na cena internacional e o aumento da sua credibilidade externa são opções que o Estado tem vindo a assumir para quiçá reforçar a sua autonomia e maior eficácia na defesa dos interesses nacionais” (Neves, 2005).

A actualidade do trabalho tem uma extrema importância para o País, dada a sua condição geográfica e as amplas possibilidades de cooperação internacional desde que sejam atendidos os diferentes pontos e estratégias pelo governo, cuja aprovação dependem do entendimento e interpretação adequada do conjunto de terminologias e suas respectivas actualizações dentro de um âmbito internacionalizado pelo aparecimento de fenómenos cada vez mais complexos e que precisam de ser contidos e aprofundados desde o direito internacional através de tratados ou acordos de diferente natureza e segundo a prioridade para sua recepção no contexto cabo-verdiano.

O **problema científico** abordado está inserido na necessidade de abranger as terminologias geoestratégia e segurança nacional que na ordem jurídica internacional tem gerido efeitos num âmbito cada vez mais relacionado entre Estados e com uma referência ao Atlântico. A partir de um conjunto de factores incidentais que vão marcando a cooperação internacionalizada.

O **objectivo geral** é interpretar e avaliar a eficiência do sistema estratégico da defesa e segurança de Cabo Verde no que toca os interesses nacionais e internacionais a partir da sua política e programa de governação interna e externa na matéria da defesa e segurança, focalizando na vertente da defesa e segurança marítima no atlântico.

Sendo por sua parte, os **objectivos específicos** estão entendidos em caracterizar o estado actual da legislação Cabo-verdiana no que corresponde a legislação marítima vinculada

ao sistema de defesa e segurança nacional e a sua aplicabilidade por parte das autoridades responsabilizadas no plano conjunto da estratégia do Estado.

Como **hipóteses do trabalho** investigativo foram concebidas as seguintes:

1. O Sistema Estratégico Cabo-verdiano aproxima-se do modelo da Defesa e Segurança do Atlântico?
2. O Sistema Estratégico Cabo-verdiano não aproxima-se com o modelo da Defesa e Segurança do Atlântico, visto que, tem influência e nem traz interesses para Cabo Verde?
3. O Sistema Estratégico Cabo-verdiano é projectado apenas para a defesa dos interesses nacionais, visto que, Cabo Verde para além de ser um País exíguo, tem poucos recursos naturais e económicos?

METODOLOGIA

Durante toda investigação focamos mais na metodologia qualitativa, devido a natureza do tema que requer uma análise de instrumentos científicos e legais, visto que, a recolha de informação foi baseada nas entrevistas formais e informais a elites do ramo da Defesa e Segurança Nacional, a Boletins Oficiais (B.O); a Revistas Militares, em Leis e Decretos – Leis; Normativos, Seminários e Artigos. Daí que, a metodologia adoptada neste trabalho confirma a pesquisa qualitativa que não requer efectivamente uso de métodos estatísticos para o cruzamento de dados, sendo que, nas investigações onde a pesquisa e o monitoramento dos dados recolhidas tem como fonte diplomas legislativos, exemplos:

- Os Boletins Oficiais do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, Programas do Governo, Constituição da República, Convenções e Normativos da ONU sobre a Defesa e Segurança Marítima, Decretos legislativos, Seminários e Colóquios sobre Autoridade Marítima Nacional na matéria da Defesa e Segurança, Estatutos das Forças Armadas de Cabo Verde e os seus diplomas normativos e por fim Códigos e Regulamentos normativos.

Portanto, o melhor proveito da investigação no nosso entender segundo (Reis, 2010) seria optar pela pesquisa descritiva que enquadra mais a abordagem qualitativa para chegar verdadeiramente o ponto objectivo a partir da comparação e análise de informações exploradas.

Contudo, tratando de um tema de actualidade tendo como pano de fundo as questões da Defesa e Segurança Nacional e do Atlântico, mais assente por vias marítimas visto que Cabo Verde não tem fronteiras terrestre com nenhum País por causa da sua condição de País Arquipelágico, só seria possível avaliar e responder as perguntas de partidas centrando, atenção nas técnicas de pesquisas bibliográficos legais de modo a aprofundar as teorias que em certo modo, não quer dizer que a abordagem quantitativa não pode ser levada em causa, visto que, nesta matéria sempre é necessário ter e apresentar informações e dados pertinentes sob forma de gráficos, tabelas e anexos fotográficos que no fim pode fazer grande diferença na valorização da investigação.

Mas, de tudo certo, queremos dizer que o que prende realmente a investigação é verificar através de análises descritivas se efectivamente existe ou não uma Aproximação do Sistema Estratégico de Cabo Verde na Defesa e Segurança do Atlântico respeitando a metodologia qualitativa, assegurando que neste tipo de trabalho a opção da recolha de dados por vias de questionários e estudos estatísticos quantitativos, entendemos que não coloca em causa o seu rigor, pelo que decidimos optar pela via de uma abordagem directa sobre diplomas legislativos e científicos descritivas.

CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ATLÂNTICO COMO ZONA ESTRATÉGICA. ALGUNS ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO – CABO VERDE.

Ao iniciar este capítulo, pretende-se colocar os posicionamentos históricos que não contribuído à formação de conceitos e outros elementos cujo percurso com o tempo permitem ter uma ideia estrutural das diferentes características que desenvolvem o fenómeno da segurança e defesa, tratando-se de zonas estratégicas internacionais.

De tal maneira, se faz umas análises retrospectivas dos diferentes instrumentos e sucessos que através da história, permitem-nos compreender melhor como, os diferentes problemas contemporâneos que estão presentes, e cuja transcendência alcança a Organização das Nações Unidas muitas vezes por desconformidade de diferentes pontos de vista entre partes, constituem uma opção de valorações a sua internacionalização. Porém, neste capítulo pretendemos explicar a origem e evolução, a razão e as funções do Sistema da Defesa e Segurança.

1. A história do Atlântico e o posicionamento geográfico enquanto rota marítima entre a Europa, América e a África.

Partindo da obra de Mahan, Modelski e Thonpson (cit. in Dougherty e Pfaltzgraff, 2003), “desenvolveram a relação entre o poder marítimo e política global, concluindo que o poder marítimo havia representado ao longo da história, a condição sine qua non para o envolvimento dos estados no plano global”.

Daí que, as histórias demonstra-nos que desde muito cedo houve pretensões de navegadores e Soberanos em dominar os mares do Atlântico, pela nobre importância enquanto rota para interligar relações entre os três continentes.

Modelski e Thompson vão ao ponto de sugerir que o poder marítimo foi um elemento essencial da política mundial desde 1500, relacionado directamente com a abordagem dos ciclos longos. (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003)

Durante a Segunda Guerra Mundial, Mackinder reviu a sua teoria no sentido de conceber uma comunidade atlântica como instrumento de equilíbrio face a concentração de poder na Eurásia” (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003).

1.1- Oceano Atlântico

O oceano Atlântico é o segundo maior oceano em extensão, com uma área de aproximadamente 106.400.000 km², cerca de um quinto da superfície da Terra. É o oceano que separa a Europa e a África a Leste, da América, a Oeste. A linha do Equador divide o oceano em Atlântico Norte e Atlântico Sul. Com um terço das águas oceânicas mundiais, o Atlântico inclui mares como o Mediterrâneo, o mar do Norte.

1.2- Países banhados pelo Atlântico

Canadá, Estados Unidos, Brasil, Uruguai, Argentina. Países no norte da América do Sul; os da América Central e todos os insulares do Caribe; os países do litoral oeste da África, os países litorâneos do oeste da Europa e os do Báltico. Pelo mar Mediterrâneo são banhados os países litorâneos do sul da Europa, Norte da África, oeste da Ásia Menor”.

De esta forma, podemos considerar que a sua extensão é ampla e compreende vários países, cada um deles com extensões geográficas que também, permitem-lhes ter as suas zonas económicas exclusivas, plataforma continental e águas interiores e exteriores dentro dos limites fixados.

Para Modelski e Thompson, (cit. in Dougherty e Pfaltzgraff, 2003) destacou contudo que :

Foi no princípio do séc. XVI que o sistema global se viu transformado num sistema oceânica como resultado das tecnologias navais que ligaram continentes até aí isolados e abriram o mundo á expansão imperial e a colonização levada a cabo pelos europeus. Portugal no séc. VI; A Holanda no séc. XVII; Reino Unido nos séculos XVII e XIX e os E.U.A no séc. XX, tornaram-se grandes potências com base na capacidade de dominaram as inovações navais na época e de contribuírem de forma decisivo para a manutenção da ordem internacional.

Entretanto, no nosso haver, todo o qual é de interesse não só para a navegação, mas também para a exploração de recursos naturais em determinadas zonas, para o qual devem ser autorizados os Estados em determinadas situações enquanto, a legitimidade que está estabelecida de acordo com as Convenções Internacionais e outros Acordos, permitem alguns que outro regime de autorização jurídica ao respeito. Máxime ainda, quando os recursos podem ser considerados de similar maneira de com regimes

especiais; seja pela conservação do Meio Ambiente, por exemplo, e donde as Nações Unidas podem haver intervindo para declarar estes com estatutos jurídicos determinados.

2. O Espaço Geográfico: Cabo Verde no Atlântico

Segundo (Fontes,¹ 2010), “Cabo Verde situa no Atlântico médio, a menos de 300 milhas (455km) do cabo homónimo, na costa noroeste africana, Cabo Verde é constituído por dez ilhas e um conjunto de ilhéus, perfazendo 4.033 km², numa área oceânica de 87 milhas de raio, 4.200km de costa e um espaço marítimo de 734.265 Km², incluindo o mar interior, as águas arquipelágicas, a zona contígua e a Zona Económica Exclusiva”.

A posição geográfica de Cabo Verde, a extensão do seu mar territorial e da ZEE, bem como da área SRR (Search and Rescue Region) (na ordem dos 645 mil km²), aliado ao facto de ser uma zona de cruzamento de múltiplas rotas de tráfego, constituem no seu conjunto factores gerais de enquadramento que balizam o plano de utilização operacional de meios navais e aéreos para a segurança marítima, (Fontes, 2010).

Para (Fontes, 2010), Cabo Verde é um pequeno país mas tem um espaço marítimo sob jurisdição nacional que constitui quase 180 vezes o território terrestre, num conjunto que terá no total a dimensão da França. É assim, na verdade, muito mais mar que terra, pelo que o Mar em todas as suas dimensões é consubstancial a Cabo Verde, constituindo assim, uma dimensão incontornável das políticas públicas no arquipélago.

Um pequeno Estado com vulnerabilidades várias, não possuindo recursos minerais como tantos outros Estados africanos possuem, tendo por recursos naturais quase que exclusivamente o seu povo e as suas latitude e longitude (...) além disso a plena implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar deixa já antever uma corrida às riquezas dos fundos marinhos tanto as das plataformas

¹ Intervenção de S.Ex^a. A Ministra da Defesa Nacional, Dr^a Maria Cristina Fontes Lima, no Seminário sobre Segurança Marítima em África, 2010, Dar es Salaam - Tanzânia- Centro de Estudos Estratégicos de África.

continentais (fixadas em 200 milhas ou no processo de ser alargadas para as 350 milhas) como das ainda previsivelmente maiores riquezas da “Área” para cuja exploração já existe uma “pole position” e a que os países africanos não podem ficar alheios ou deixar que os seus direitos sejam ignorados, (Fontes 2010).

Sendo (Fontes, 2010), Cabo Verde tem na estabilidade e segurança um recurso estratégico. Em grande parte os níveis de crescimento e desenvolvimento que vem registando são tributários da estabilidade política e social garantida num quadro de boa governação e de construção e consolidação da democracia e do Estado de direito. Daí a necessidade de preservarmos a todo o custo a estabilidade e segurança.

3. Espaços Marítimos Nacionais e Regime de Navegação

De acordo com o “ Livro II dos Espaços Marítimos e do Regime de Navegação, do Título II dos Espaços Marítimos Nacionais do capítulo I das Áreas Marítimas e dos Direitos de Soberania e Jurisdição do Estado nas respectivas zonas”, o Código Marítimo de Cabo Verde, define-se

3.1. Áreas Marítimas

As áreas marítimas sujeitas à jurisdição da República de Cabo Verde são, de acordo com o Direito Internacional, as seguintes (artigo 13º do código marítimo):

3.2. As águas interiores:

“A República de Cabo Verde pode, no interior das suas águas arquipelágicas, traçar linhas de fecho para a delimitação de águas interiores” (artigo 16 do código marítimo).

3.3. As águas arquipelágicas:

“As águas arquipelágicas da República de Cabo Verde compreendem toda a área marítima no interior das linhas de base traçadas em conformidade com o artigo 28º” (artigo 14º do código marítimo).

3.4. O mar territorial:

“O mar territorial de Cabo Verde tem a largura de 12 (doze) milhas marítimas, medidas a partir das linhas de base definidas no artigo 28º” (artigo 18º do código marítimo).

3.5. A zona Contígua:

“A República de Cabo Verde estabelece uma zona contígua ao mar territorial, cujo limite exterior é de 24 (vinte e quatro) milhas marítimas contadas a partir das linhas de base a que se refere o artigo 28º (artigo 20º do código marítimo). A República de Cabo Verde na sua zona contígua exerce o controlo necessário para prevenir e punir infracções cometidas no seu território terrestre, águas interiores, águas arquipelágicas e mar territorial, às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, sanitários e de emigração” (artigo 21º do código marítimo).

Segundo Decreto-Legislativo (n.º 14/2010), constitui ainda as áreas marítimas a ZEE e a Plataforma Continental, que dá direito ao Estado de Cabo Verde exercer os seus direitos de soberania e jurisdição.

3.6. A zona económica exclusiva:

“A zona económica exclusiva da República de Cabo Verde compreende a zona marítima cujo limite interior corresponde ao limite exterior do mar territorial e cujo limite exterior corresponde a uma linha em que cada ponto se encontra a uma distância de 200 (duzentas) milhas do ponto mais próximo da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial” (artigo 22º do código marítimo).

Os direitos de soberania e jurisdição do Estado de Cabo Verde na zona económica exclusiva estão enumerados no artigo 23º do mesmo código.

3.7. A plataforma continental:

“A plataforma continental da República de Cabo Verde compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, até a uma distância de

200 (duzentas) milhas marítimas das linhas de base a que se refere o artigo 28º (artigo 25º do código marítimo). Na sua plataforma continental, a República de Cabo Verde possui direitos soberanos para efeitos de exploração e aproveitamento dos recursos naturais, vivos e não-vivos” (artigo 26º do código marítimo).

A delimitação das áreas marítimas de Cabo Verde tem como referência uma linha base² que é constituída pelas linhas rectas que unem os pontos mais exteriores das dez ilhas (que se encontram divididas em dois grupos, Barlavento³ (grupo norte) e Sotavento⁴ (grupo sul), daí que, o Cabo Verde situa-se, no meio do Oceano Atlântico, numa posição estratégica de elevado interesse comercial, entre os três continentes (África, América e Europa).

4. Tipologias de Crimes Cometidos nesta Zona Económica

Para (Fontes 2010), “o Estado de Cabo Verde considera as diversas formas de actividades ilícitas que ocorram no seu território como uma forma de agressão à sua soberania e, por isso, tem procurado organizar-se para combater essas actividades ilícitas e outras formas de crime organizado que afectam a segurança marítima”.

“Cabo Verde tem ainda o entendimento que as ameaças que eventualmente possam pairar sobre qualquer país da sub-região representam igualmente um perigo à sua segurança porque a natureza global deste é cada vez mais forte. E é assim com o tráfico de cocaína proveniente da América do Sul, que utiliza a região Atlântica e Oeste africana como trânsito cujo volume de droga transaccionada já atingiu 20% em relação ao tráfico mundial”. (Fontes 2010).

² A linha de base a partir da qual se mede a largura das águas arquipelágicas, do mar territorial, da zona contígua, da zona económica exclusiva e da plataforma continental, é constituída pelas linhas rectas que unem os pontos mais exteriores das ilhas e ilhéus mais exteriores, determinadas pelas seguintes principais coordenadas, (O artigo 28º do Código Marítimo C.V).

³ Ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (não habitada), São Nicolau, Sal e Boavista.

⁴ Ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.

4.1. Tipos de crimes e perspectivas do combate:

Para (Fontes, 2010) “da poluição marítima à delapidação dos recursos marinhos, passando pela pesca ilegal, pela exploração desmesurada dos recursos marinhos, dos tráficos ilícitos e da pirataria Cabo Verde é solidário e disponível para se associar àqueles que combatem essas nefastas ameaças ao desenvolvimento dos países”.

“Cabo Verde vai continuar a assumir o seu compromisso em desenvolver uma estratégia global para combater esses males no vasto espaço marítimo de Cabo Verde e da Sub-Região” (Fontes 2010).

4.2. No que toca ao combate ao tráfico de droga na sub-região oeste africana:

Segundo (Fontes, 2010), para além dos esforços internos bem-sucedidos que levamos a cabo, defendemos uma estratégia regional que permite fazer o cerco efectivo das redes existentes e das suas ramificações em quaisquer instituições dos Estados que elas possam já ter capturado e ou corrompido.

Para (Azambuja, 1995), “o ad hoc, espelhada no surgimento de subsistemas regionais de segurança colectiva, “os quais presumiam que houvesse entre atores desiguais e com contraditórias motivações uma capacidade de concertação conjunta e de panejamento estratégico compartilhada⁵”.

Acolhemos por isso na Praia em Outubro de 2008 e uma Conferência da CEDEAO que adoptou o Plano da Praia para uma estratégia de luta da sub-região contra a droga que comporta, entre outras, uma dimensão de controlo e combate do tráfico feito por via marítima, (Fontes 2010).

⁵ Ver Azambuja, Marcos Castrioto (1995); «As Nações Unidas e o conceito de segurança colectiva», Estudos Avançados, 9 (25), 1995, p.143.

Para (Fontes, 2010) “As estruturas especializadas do Estado, fazendo prevalecer o primado da lei, devem ser estendidas às actividades marítimas, que por sua vez, devem ser geridas por uma Autoridade Marítima eficiente e com pessoal devidamente qualificado”.

5. Caracterizar os crimes de pirataria, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, e outros que transcorrem nesta zona.

Segundo a Estratégia da UE para a Área do Atlântico, Contributo conjunto da França, Espanha, Portugal e Irlanda, (2013) “Segurança e defesa, para estabelecer um quadro geral de segurança e defesa, promovendo uma presença maior e mais sistemática nas águas atlânticas. Esta vertente irá reforçar a segurança da navegação marítima e as estratégias de busca e salvamento e incrementar a coordenação transnacional e transcontinental para a prevenção e mitigação de riscos naturais e poluição marinha.

Um conhecimento aprofundado da situação marítima e troca de informações marítimas e a procura da máxima eficácia e eficiência dos recursos disponíveis serão essenciais. A abordagem a seguir terá de englobar o espaço desde o oceano aberto até aos sistemas de segurança e defesa instalados em terra nas zonas costeiras e implica também, dada a vastidão do espaço geográfico, uma abordagem que utilize sensores controlados à distância e vigilância por satélite”.

5.1. Narcotráfico

Em matéria da legalidade jurídica, a Lei de Cabo Verde, nº78/IV/93 de Julho de 1993, no seu artigo 20º, penaliza o consumidor ou aquele que possuir, cultivar substâncias tipificadas nas tabelas de I a III do artigo, destinadas ao consumo pessoal.

Portanto, no que diz respeito a medidas de combate ao tráfico ilícito por via marítima, de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, destaca-se o preceituado no artigo 17º (Tráfico ilícito por mar).

“O tráfico de estupefacientes é actualmente um problema global, pois não se estringe apenas aos países produtores ou consumidores, mas também aos países que servem de meios de passagem ou portas de entrada dos narcóticos”.

Segundo o Relatório Mundial sobre a Droga de 2013 da ONU (World Drug Report 2013) “o continente africano está cada vez mais vulnerável ao tráfico de drogas e ao crime organizado. O aumento de policiamento e patrulhamento no oceano Pacífico por parte das autoridades norte americanas fez emergir novas rotas de tráfico de drogas no Atlântico. Da mesma forma os laços linguísticos parecem fomentar as rotas marítimas de tráfico entre a América do Sul e a Europa, através do Brasil, Portugal e países africanos de língua portuguesa”.

Com a multiplicação de medidas de combate ao tráfico e consumo de drogas os traficantes aproveitam-se da escassez de recursos por partes dos países da costa ocidental africana, para edificar dispositivos navais capazes de patrulhar e policiar as suas zonas marítimas (Especialistas da World Drug Report 2013).

Segundo o (Relatório da ONU, 2013) as novas rotas de tráfico provenientes da América do Sul têm como destino principal a área da Costa Oeste Africana que envolve o Golfo da Guiné: Países como a Nigéria, o Gana ou a Guiné-Bissau, que são o destino preferencial para o desembarque dos narcóticos.

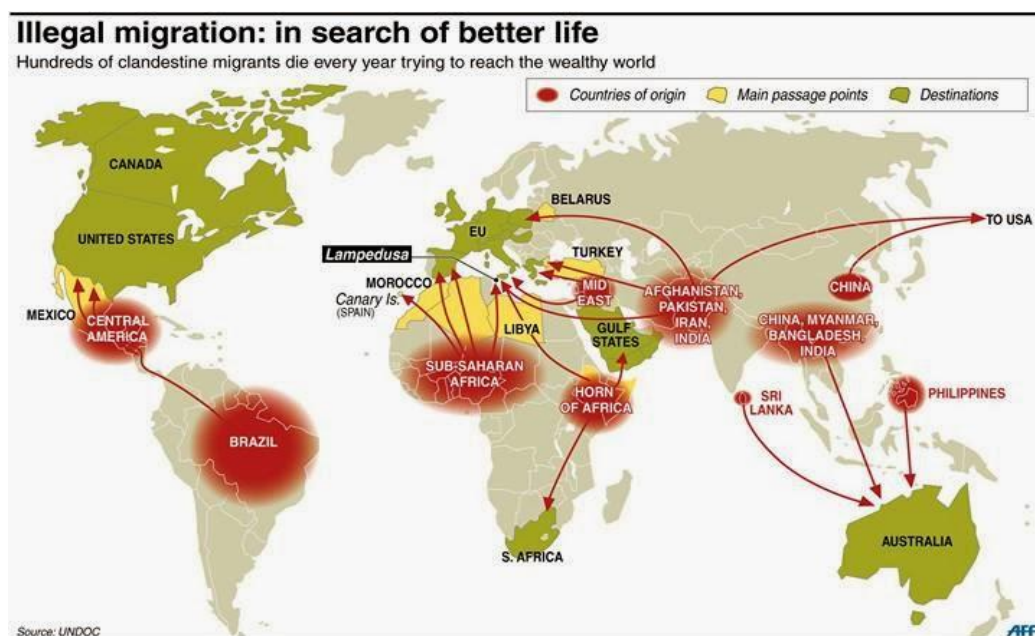
No entanto, com é sabido, o destino final dessas substâncias são países onde as pessoas têm maiores poderes de compra, o continente europeu. Portanto, a Costa Sul da Europa é propícia para a entrada da droga proveniente da África no continente Europeu.

Cabo Verde devido à sua localização geográfica e ao seu vasto território marítimo, aliado aos poucos recursos disponíveis para patrulhar e manter vigilância nas suas águas, torna-se num destino aliciente para o transbordo da droga proveniente do continente americano e com destino à Europa.

5.2. Imigração Clandestina

Com a globalização, o mundo tornou-se aberto às relações de cooperações económicas, políticas, eliminando assim o conceito fronteira e nacionalismo. Contudo, as economias de escalas fizeram com que os países formassem blocos económicos e formularem acordos e parcerias que os pudessem liberalizar o mercado e aumentassem as suas economias.

Figura 1- Imigração Ilegal



Fonte- UNODC

De certo modo, de acordo com a figura da UNODC acima ilustrada, o carregado de cor vermelha significa países de origem dos imigrantes ilegais; o carregado de cor amarela significa as vias de passagem e os pontos estratégicos utilizados para chegarem o país destino e por fim, o carregado da cor verde significa os países de destinos pelos quais os imigrantes ilegais desejam partir. Portanto, é de realçar que segundo a figura ilustrada, todos os anos morrem centenas de imigrantes ilegais a procura de melhores condições de vida. Contudo, o Atlântico é o mar ideal utilizado para chegar destino a países da Europa e Estados Unidos. Também é de referir que segundo estudos africanos as guerras civis, as repressões políticas e os conflitos étnicos são algumas das causas da imigração clandestina no Mar do Atlântico.

Segundo o relatório (Migração em Cabo Verde, Perfil Nacional 2009) da Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2009 estimava-se cerca de 15 a 20 mil imigrantes irregulares em Cabo Verde. Esse mesmo relatório refere que o Gana e o Senegal, com 46% e 17% respectivamente, representam os “principais países de origem dos imigrantes apreendidos em embarcações clandestinas

Quadro- 1 - Estrangeiros apreendidos em situação de imigração clandestina

País de nacionalidade	Nº de apreendidos	%
Ghana	311	46
Senegal	116	17
Guiné Conacri	51	8
Guiné Bissau	45	7
Nigéria	41	6
Gâmbia	38	6
Mali	31	5
Costa do Marfim	13	2
Outros	22	3
Total	668	100

Fonte: Retirado do relatório sobre a Migração em Cabo Verde da OIM (2009) - Estrangeiros apreendidos em situação de imigração clandestina.

De acordo com Organização Internacional Marítima, no ano 2009, a grande maioria das embarcações apreendidas com imigrantes clandestinos tem como destino a Europa e não Cabo Verde. No entanto, “muitas delas chegam a Cabo Verde perdidas ou por incapacidade de continuar a viagem até ao continente europeu”.

5.3. Medidas Legislativas

Para (Fontes 2010), “Importa, sobre esta matéria, primeiro identificar e ultrapassar lacunas da legislação interna, procurando, o mais possível, salvaguardar e implementar as Convenções, Tratados, Protocolos e Acordos Internacionais que constituem os instrumentos base para a Segurança Marítima correspondendo ao padronizado pela Organização Marítima Internacional (IMO) *inter alia*”:

- Convenção para a salvaguarda da vida no mar (SOLAS),
- Convenção MARPOL,
- Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento (Hamburgo, 1979) e
- Convenção Internacional da Aviação Civil (Chicago, 1944) e Convenção SUA.

6. Vulnerabilidades e meios para combater os comportamentos criminosos relativamente ao Narcotráfico, tráfico de pessoas e outros tipos de ilícitos.

6.1. Vulnerabilidades

Como sabemos Cabo Verde é um pequeno Estado que por sua vez a fragilidade e vulnerabilidades são aspectos que caracteristicamente marcam esses modelos de Estados. Contudo que, a segurança pode ser melhorada na medida em que está dentro da competência do *Pequeno Estado* diminuir as suas vulnerabilidades (Commonwealth Secretariat, 1985).

6.2. Direitos e Deveres dos Estados:

Segundo a Convenção de Montevideo sobre os Direitos e Deveres dos Estados, (1933) atribui quatro indicadores necessários para que uma entidade seja reconhecida enquanto Estado no cenário internacional:

(a) um território determinado; (b) uma população permanente; (c) um governo com capacidade funcional; (d) a capacidade e disposição para manter e estabelecer relações com outros Estados. No entanto, a realidade do sistema internacional é bem diferente uma vez que, apesar de todos os Estados beneficiarem do mesmo direito, eles não estão em pé de igualdade real,” (Montevideo Convention, 1933).

“Um País Pequeno pela sua própria dependência económica, a margem de manobra de Cabo Verde é por vezes limitado porquanto não existem entre os Estados actos de altruísmo, mas sim relações de reciprocidade ou cedências e influências. É nesses momentos que o país se vê confrontado com a necessidade de ceder face a algumas

questões, como por exemplo o dossiê sobre os imigrantes em situação irregular presente acordo de Parceria para a Mobilidade com a EU”. (DPMCUE, 2008) ⁶.

“Os Pequenos Estados são os mais sensíveis nestes aspectos” (Commonwealth Secretariat, 1997).

Este relatório apresenta cinco características que seriam inerentes aos *Pequenos Estados*, explicando as suas vulnerabilidades⁷:

1. Abertura
2. Insularidade
3. Resistência sociopolítica entre muitos *Pequenos Estados*
4. A fraqueza militar
5. Dependência

Embora no Artigo 30.º do CMCV (Código Marítimo de Cabo Verde)

Uso pacífico dos mares - Sem prejuízo do disposto no presente Código, todas as actividades por parte de entidades ou navios estrangeiros nas áreas marítimas submetidas à soberania ou jurisdição da República de Cabo Verde, devem respeitar o princípio de utilização pacífica ca dos oceanos.

⁶ DPMCUE, 2008 (Declaração comum sobre uma Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e Cabo Verde Bruxelas 21 de Maio de 2008), “ver uma das cláusulas deste acordo aponta para uma situação que levantou algum desconforto na imprensa cabo-verdiana na medida em que; segundo foi referido, Cabo Verde receberá no seu território não só cidadão nacionais em situação irregular, mas também todos os cidadãos de países terceiros que se tenham servido do território cabo-verdiano para alcançar a Europa. Desejando estabelecer, através do presente Acordo e numa base de reciprocidade, procedimentos rápidos e eficazes de identificação e de repatriamento ordenado e em segurança das pessoas que não preenchem ou deixaram de preencher as condições para a entrada, permanência ou residência nos territórios de Cabo Verde ou de qualquer dos Estados-Membros da União, bem como facilitar o trânsito dessas pessoas, num espírito de cooperação; salientando que o presente Acordo não prejudica os direitos, obrigações e responsabilidades da União, dos seus Estados-Membros e de Cabo Verde que decorrem do direito internacional, nomeadamente da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de Julho de 1951”.

⁷ Explicação encontrada no Artigo de Rik Apolo Pereira Sanches de Carvalho Cabo Verde: o papel da política externa na projecção internacional e desenvolvimento de um Pequeno Estado arquipélago. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre Coimbra, 2013

Desta feita o “comportamento destes Estados afigura-se como um verdadeiro desafio às teorias clássicas das Relações Internacionais” (Commonwealth Secretariat, 1997).

7. Meios navais e aéreos da Guarda Costeira na Defesa contra ilícitos:

Guarda Costeira é o Braço Naval do Estado com funções na imposição da lei no mar (law enforcement), (Matos⁸ 2010).

Segundo o Relatório Anual de 2008 da Guarda Costeira, elaborado pelo Comandante da Comando da Esquadilha Naval Duarte Monteiro, “dos quatros Unidades Navais que disponham o Comando da GC (N/P Vigilante; N/P Tainha; N/P Espadarte e a Embarcação Sea Ray Boat) só encontrava dois na situação operacional. O N/P Espadarte que efectuou 327 horas de navegação e 34 minutos em matéria de Escolta; SAR; Exercícios/Treinos e Código ISPS, e o N/P Tainha que das suas missões contabilizou 388 horas e 34 minutos de navegação em matéria de ISPS CODE; Transporte; Presidência; Patrulha; SAR; Imigração Clandestina e Protecção Cagarra.”

Segundo relatórios do SITREPs (Situação Operacional dos Navios), 2015 a Guarda Costeira conta com os seguintes meios:

7.1. Meios navais operacionais:

- N/P Guardião; N/P Rei; Embarcações SAR- Ilhéu dos Pássaros e Ponta Nhô Martinho; mais dois Navios Patrulhas que foi oferecido recentemente pela República Popular da China, cuja ainda, não foi oficializado o nome para as Patrulhas.

7.2. Meios navais inoperacionais:

- N/P Vigilante; N/P Espadarte; N/ P Tainha e N/P Gaiado, sendo o Caso de Vigilante está em processo de alienação por encontrar-se numa fase degradada e sem retorno para se operar.

⁸ Antero Matos, Ex. Conselheiro de Segurança Nacional do Governo de Cabo Verde, na altura Coronel, foi Chefe Estado Maior das Forças Armadas de Cabo Verde e actualmente é Brigadeiro na Reforma.

Para (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003), Partindo dos ciclos longos das obras de Modelski, Thompson e outros sustêm com o passar do tempo o sistema-mundo apresenta regularidades, tanto respectivas como evolutivas, que incluem potências globais e guerras globais. Estes conflitos tiveram uma dimensão naval crucial, já que o poder marítimo é indispensável para a interacção internacional.”

7.3. Meios aéreos:

Actualmente, a Guarda Costeira tem apenas um meio aéreo (Dornier 228-212), que não opera por motivos de certificação.

Assim como Mahn e Mackinder haviam baseado as suas teorias geopolíticas numa análise das implicações das tecnologias que facilitam o movimento, respectivamente, sobre os mares e sobre a terra, Giulio Douhet, viu o avião dotado de capacidades sem precedentes para a condução da guerra e o ataque contra alvos até então invulneráveis”. (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003,).

CAPÍTULO II. INTERVENÇÃO INTERNACIONAL DE CABO VERDE E O SEU SISTEMA DE DEFESA NACIONAL.

Segundo Fontes (2010), vivemos num mundo globalizado que nos confronta com um leque variado de ameaças de origens incertas ou difusas, obrigando a uma maior capacidade de enfrentar o desconhecido. A possibilidade de se fazer avaliações seguras de intenções é cada vez mais reduzida. A razoável previsibilidade da ameaça deixou de existir.

Da possibilidade de um conflito global, em larga escala, passou-se para o deflagrar de diversos tipos de conflitos de proporções aparentemente reduzidas mas que se espalham através de organizações ramificadas. Ocorrem, regra geral, com muitos intervenientes, tornando difícil distinguir o combatente do não combatente, (Fontes, 2010).

Para (Fontes, 2010), são mudanças tão sérias que obrigaram à revisão da doutrina, no quadro da qual, o paradigma da segurança colectiva parece incontornável. A mudança da natureza das ameaças obrigou à adequar os conceitos, o equipamento, o armamento, em que o recurso às novas e avançadas tecnologias ajuda a destacar a importância crescente de uma formação exigente”.

“A presença internacional das Forças Armadas não se tem limitado a cooperação, no plano operacional as tropas cabo-verdianas, nos últimos anos têm tido uma participação em vários exercícios internacionais, o que evidencia o bom nível de preparação das nossas tropas. Foram no total de treze exercícios militares multinacionais, no quadro da CPLP – Exercícios da série FELINO, com duas modalidades FTX e CPX, da CEDEAO, da União Africana e da NATO. Deve-se salientar que o Exercício “FELINO 2005” foi organizado em Cabo Verde pelas nossas Forças Armadas e o Exercício da NRF “Steadfast Jaguar 2006” foi realizado também aqui no país, continuando, neste percurso, no próximo mês de Fevereiro, as Forças Armadas de Cabo Verde hospedarão na Praia a Conferência Intermédia de Planeamento do Exercício “Africa Endeavor 2007” – cuja fase final será em Julho, na África do Sul”. (Brito 2007).

1. Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN), comparada no plano internacional.

O objectivo do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional é estabelecer os aspectos fundamentais da estratégia global adoptada pelo Estado para a consecução dos objectivos da política de segurança e defesa. Para atingir este objectivo, o conceito absorve e assume a visão holística, multidimensional e abrangente de defesa nacional estabelecida pela Constituição da República de Cabo Verde, segundo a qual o homem e os seus direitos fundamentais constituem a componente incontornável e essencial.

Além de assumir a defesa da Constituição da República e do Estado de direito democrático e, em consequência, o respeito pelas convenções internacionais, o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional também assume a visão actual dos conceitos de segurança e defesa que passaram a ser um importante instrumento ao serviço da paz internacional e não apenas um instrumento exclusivo do interesse nacional.

Interpretação do Investigador sobre o objectivo da CEDSN:

- Pois, é um documento que assume um desígnio integrador dos principais vectores da segurança e defesa, bem como a sua subordinação à política definida e executada pelo Governo. Como documento estratégico, além de se subordinar à acção política do Governo, propõe também opções de acção estratégica que, por sua vez, vão condicionar a escolha dos meios necessários à efectiva aplicação da política nacional de segurança e defesa. Simultaneamente, assume a condição de complementaridade face às Grandes Opções do Plano constantes da agenda estratégica do Governo, contribuindo para a «visão partilhada» do futuro para a Nação Cabo-Verdiana. (Ver anexo no fim do trabalho).

2. Análise Comparada do Estado Seguro entre CV enquanto país insular no Atlântico (Costa Ocidental Africana), com os Estados vizinhos da África Ocidental:

O investigador pretende se comparar a estabilidade política do Estado de Cabo Verde com os países abaixo citados, sendo no intender do investigador desde trabalho, um

Estado Seguro a priori não pode ter no seu registo enquanto território independente e soberano, certificações de Golpes de Estado nem Motins de qualquer natureza, seja da ordem religiosa; racial; político e ideológico, assim fazendo com que tenha um activo acrescentado no papel da mediação de conflitos e no planeamento de estratégias para defesa e segurança.

Quadro nº2.- Golpes de Estado e Motins na África Ocidental (1980-2003)

Ano	Golpes de Estado	Golpes Falhados/Motins
1980	Guiné Bissau; Libéria	Mali
1981		Mali
1983	Nigéria	
1984	Guiné Conakri	
1985	Nigéria	Guiné Bissau; Guiné Conakri; Libéria
1991	Mali	
1992	Serra Leoa	
1993	Nigéria	Mali
1994	Gambia	
1996	Serra Leoa	Guiné Conakri; Gambia
1997	Serra Leoa	
1998	Guiné Bissau	
1999	Guiné Bissau; Costa do Marfim	
2000		Guiné Bissau; Costa do Marfim; Serra Leoa
2001		Costa do Marfim
2002		Costa do Marfim
2003	Guiné Bissau	Costa do Marfim

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados do artigo Richard Reeve⁹, (2004)

Análise do Investigador:

- Cabo Verde é independente desde 1975, tendo sido governado pelo partido único durante 15 anos, com a alternância política em 1991 pelo Movimento para a Democracia (MPD) que governou durante dois mandatos, onde não houve Motins nem Golpes de Estado, pelo que, foi uma transacção pacífica sendo em 2001, o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) chega novamente ao poder e governa o País até então. Portanto, a tabela nos mostram que todos esses países já tiveram tentativas ou Golpes de Estado por mais de uma vez entre 1980 e 2003, e Cabo

⁹ Richard Reeve, “Focus of West African Instability Shifts to Guinea”, Jane’s Intelligence Review, February 2004, p. 14.

Verde não consta nenhum registo. Sendo, PAICV no fim do seu terceiro mandato até a esta data (2015), não houve também nenhuma tentativa nem Golpes de Estado

3. Uma visão Política/Jurídica Externa Comparada de Cabo Verde na matéria da Defesa e Segurança Internacional enquanto País estratégico no Atlântico.

A Carta das Nações Unidas, de 1945, feita na cidade de São Francisco, aos vinte e seis dias do mês de Junho de mil novecentos e quarenta e cinco, pelo qual a República de Cabo Verde é membro desde 16 de Setembro de 1975 vem ao encontro com os objectivos que Cabo Verde vem traçando ao longo da sua política interna e externa para a promoção da paz e criação de canais de estabilidade para a manutenção da mesma, apesar de ela ser um Estado Arquipelágico vulnerável economicamente e exíguo pela sua dimensão.

Os propósitos e princípios que verdadeiramente nos interessam na matéria da Defesa e Segurança Nacional com o comprometimento da defesa do Atlântico tendo Cabo Verde como ponto estratégico neste corredor é a questão da manutenção e promoção da paz.

Daí que, de acordo com o Capítulo I, art.º 1- Os propósitos das Nações unidas são:

Capítulo I - artigo 1

Manter a paz e a segurança internacional e, para esse fim: tomar, colectivamente, medidas efectivas para evitar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz.

Para (Cajarabille, 2012), “o conceito de segurança parecendo simples de entender numa primeira apreciação, atinge enormes complexidades se for aprofundado. De facto continua por estabelecer um conceito de segurança verdadeiramente universal e abrangente. Verifica-se que é usado por deferentes autores, nas mais diversas situações, eventualmente desvirtuado na sua essência”.

3.1. Aplicabilidade da Convenção sobre crimes nas águas de Cabo Verde.

Contudo, tratando de políticas de combate a tráficos ilícitos no mar, é de realçar que uns dos instrumentos reguladores mais importantes no âmbito da repressão de tráfico ilícito, na perspectiva internacional são:

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982;
- Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas aprovado em Viena em 19 de Dezembro de 1988.

Cabo Verde ratificou as Convenções e incorporou na lei especial de repressão contra o tráfico de estupefacientes, Lei nº78/IV/93 de 12 de Julho, os preceitos estabelecidos na presente Convenção, sendo que, faz referência a margem da lei no artigo 1º do ponto nº1, que, “as normas da presente lei são interpretadas de harmonia com as convenções relativas a estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou precursores ratificados pelo país”.

Segundo o fundamento da cooperação, os princípios baseiam-se na igualdade de soberania; de integridade territorial dos Estados e de não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

Para garantir e salvaguardar o cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção, as partes adoptam todas as medidas necessárias, incluindo medidas legislativas e administrativas, em conformidade com os princípios fundamentais dos respectivos sistemas jurídicos internos segundo o “ (art. 2º da Convenção, Âmbito e aplicação) ”.

4. Alguns Tratados, Acordos, Cooperações ou Parcerias assinadas/ratificadas na matéria da Defesa e Segurança Colectiva.

Cabo Verde tem vindo a posicionar em termos de acordos/cooperações, visto que, tem o Estatuto de membro observador do Centro de Análises e Operações Marítimas (MAOC), resultado do acordo multilateral entre a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, o

Reino de Espanha, a República Italiana, a República Portuguesa, a República Francesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, sem descartar as suas relações no Bloco CPLP e CEDEAO na matéria de segurança e defesa, que pode se verificar nos anexos. (Ver no fim do trabalho anexo).

4.1. Acções bilaterais entre Cabo Verde e Portugal na matéria da Cooperação Técnico Militar:

É nesta linha que através das acções bilaterais entre os dois países na matéria da fiscalização e segurança marítima, que se realizou embarques de militares Cabo-verdianos nos Navios da República Portuguesa (N.R.P), no âmbito dos exercícios “Iniciativa Mar Aberto” realizado em Cabo Verde e no estrangeiro, dentro do plano das Relações Interagências.

Quadro nº 3 – Participação dos militares Cabo-verdianos no exercício Mar Aberto.

Ano	Tipo de Exercício	Navios Embarcados	Militares Embarcados
2008	Mar Aberto	N.R.P. “Sagres”	Cabo-verdianos
2009	Mar Aberto	N.R.P. “Batista de Andrade	Cabo-verdianos
2010	Mar Aberto	N.R.P “Corte Real”	Cabo-verdianos
2011	Mar Aberto	N.R.P. “Sagres”	Cabo-verdianos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da obra de Minores.

Para (Mirones, 2012), Portugal tem Cooperação Técnico-Militar (CTM) com Cabo Verde, onde de acordo com o Projecto nº 4, a Marinha Portuguesa dá apoio técnico a Guarda Costeira e no projecto nº 5 apoiará os Fuzileiros Navais, sendo o apoio é materializado em permanência por dois oficiais. Do período de 01 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011, a Marinha Portuguesa apoiou 167 militares de Cabo Verde com Formação Militar.

5. Análise dos dados do Relatório de Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA):

Segundo o relatório de GIABA¹⁰, pelo qual Cabo Verde é membro, relativamente ao quadro legal, “Cabo Verde ratificou todas as Convenções das Nações Unidas com disposições específicas contra a Lavagem de Capitais, nomeadamente”:

Quadro nº 4 - Ratificação das Convenções das Nações Unidas no Plano Regional por Cabo Verde.

- Convenção n.º A/P.1/7/92 relativa à Assistência Mútua em Matéria Penal ratificada a 22 de Novembro de 2004 (CEDEAO);
- Convenção n.º A/P1/8/94 sobre Extradução ratificada a 22 de Novembro de 2004 (CEDEAO);
- Plano de Acção de Controlo de Drogas, da União Africana, 2002-2006;
- Plano de Acção contra o Tráfico de Drogas, da CEDEAO (2008-2011).

Fonte - Elaboração nossa segundo os dados do relatório do (GIABA).

Quadro nº 5 - Ratificação das Convenções das Nações Unidas no Plano Internacional.

- Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes (1988);
- Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (1999);
- Convenção de Palermo (2000) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003);
- Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes (1988);
- Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (1999);
- Convenção de Palermo (2000) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003).

Fonte - Elaborado pelo Investigador a partir dos dados do relatório (GIABA).

Interpretação do quadro pela Investigador:

¹⁰ Disponível <http://web.giaba.org/media/f/836_6th%20FUR%20Cape%20Verde%20-%20Portuguese.pdf>. [Consultada 3 de Junho 2015].

Os quadros nºs 4 e 5, queiram nos fazer compreender a posição e determinação do Estado de Cabo Verde na luta contra criminalidade; corrupção; terrorismo e outras formas de ilícitos, ratificando as mais importantes convecções das Nações Unidas no plano Regional e Internacional, de modo a aproximar o seu sistema estratégico com outros países sob via de acordos; parcerias; cooperação e não só, que como exemplo podemos citar o caso da extradição dos nacionais e estrangeiros em caso de praticas de crimes.

Na mesma lógica, segundo o relatório de Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), ano 2013, Cabo Verde ratificou as convenções na matéria sobre Droga e Crime (ver no anexo do trabalho), pelo que a criminalização das mesmas, esta prevista na Lei nº 17/VI/2002.

Interpretação do quadro pelo Investigador:

- De acordo com as convenções supracitados, ratificadas pelo Estado de Cabo Verde em matéria da defesa e segurança, com o pano de fundo (combate contra criminalidade e ilícitos), demonstra que o sistema estratégico de Cabo Verde está dotado de suporte legais para cooperar e actuar contra tais vulnerabilidades.

CAPÍTULO III. QUADRO PARA ANÁLISE TEÓRICO E REFLEXÕES, NA MATÉRIA DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL / ATLÂNTICO – CONCEITOS E INTERVENÇÕES.

1. Enquadramento Nacional

Cabo Verde não perdeu a sua marca da política e visão desde a sua independência e que portanto segundo o livrete Programa do Governo¹¹, “ Quem é pobre não pode fazer política de Rico”.(Pires¹², 2014).

“Estado independente há três décadas e meia, com um regime democrático com vinte anos, Cabo Verde é provido de fracos recursos naturais mas com índices crescentes de desenvolvimento humano. O seu passado histórico é profunda e amargamente marcado por secas e fomes cíclicas e pela emigração, de que resultou uma importante diáspora espalhada pela África, Europa e América de aproximadamente 520.000 emigrantes para uma população residente de 491.575 habitantes.

O território é constituído por dez ilhas e um conjunto de 13 ilhéus com 4.033 km² de superfície, espalhadas por uma área oceânica com aproximadamente 87 milhas de raio, cerca de 1000 km de costa e uma área marítima de responsabilidade nacional de 734.265 Km², que inclui as águas arquipelágicas, o mar territorial, a zona contígua e a Zona Económica Exclusiva. Situado a 455km da costa noroeste africana, o arquipélago de Cabo Verde encontra-se no cruzamento de algumas das principais rotas de navegação aérea e marítima do mundo. De origem vulcânica, as ilhas encontram-se no centro da planície abissal do mesmo nome de 5.000 metros de profundidade.

A plataforma continental é reduzida, exceptuando a faixa que une a ilha do Maio à da Boa Vista e a outra onde se situam as ilhas de São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau”. Contudo, passando os 10 (Dez) anos após a aprovação da diploma acima citada, Cabo Verde continuou a crescer com a sua população, quer dentro quer fora na comunidade Cabo-verdiana (diáspora); continua com o seu passado histórico marcada pelos ciclos

¹¹ Programa do Governo, edição 05 de Julho de 2014, pelo Governo de C.V, que marca a comemoração do 39º Aniversário da Independência de Cabo Verde de 1975-2014.

¹² Pedro Pires, foi Primeiro-Ministro e Presidente da República de Cabo Verde.

da seca e emigração do seu povo em busca de certeza que dias melhores virão, tentando a sorte longe da sua terra natal; continua com vulnerabilidades de ordem natural que é a mais recente erupção vulcânica de 2014 na Ilha do Fogo, localidade da Chã das Caldeiras que trouxe efectivamente algumas preocupações e falta de animo a todos os nacionalistas e que fez chama na Comunidade Internacional assim provando a razão da Boa Governação e Boa Relação que Cabo Verde tem com a Comunidade Internacional e o respeito que reciprocamente recebe por ser um parceiro credível, leal e amigo.

Assim que, de acordo com alínea E) do Programa do Governo 1975- Relações Exteriores:

- “O Governo de Cabo Verde cooperará, com todos os países que estejam dispostos a fazê-lo, dentro das normas de não ingerência nos assuntos interno, na igualdade e reciprocidade de vantagens. Também aprova que, o Governo de Cabo Verde defende os princípios da ONU e participará activamente na defesa dos interesses dos países pobres e apoia as forças políticas que lutam pela liquidação das relações injustas entre homens e entre nações”.

Portanto, esses compromissos vêm sendo consolidados e confirmados com a seriedade de Cabo Verde tem demonstrado no seus Programas de Governo ao longo dos quase 40 anos da Independência, independentemente da cor política que Governa o País devido a ausência de guerras civis, atentados a paz pela República de Cabo Verde, Apoio a actividades ilícitas entre outras acções que possam efectivamente desapontar da imagem do país face aos compromissos assumidos desde 1975.

2. Espaço Estratégico de Interesse Nacional

Para (Neves, 2014), “Futuro de Cabo Verde é afirmar-se como centro marítimo do Atlântico”

Segundo o artigo “Estratégia da UE para a Área do Atlântico”, o modelo de desenvolvimento geral da Estratégia da UE para a Área do Atlântico (EUEAA) deriva do ADN do Atlântico:

- A composição geopolítica, geoestratégica, geoeconómica da Área do Atlântico, os Países Costeiros da UE e Costa Ocidental, as Regiões Ultraperiféricas da Macaronésia e

os restantes Estados-Membros. O ADN do Atlântico engloba o conjunto das características políticas, geográficas, demográficas, socioeconómicas e ambientais que definem a Área do Atlântico.

Como afirma (Neves 2014¹³), centrada nos assuntos do mar²², num momento decisivo da elaboração da respectiva Estratégia Marítima, a circunstância arquipelágica aliada à sua tão singular quanto geoestratégica posição no Atlântico Médio marcam e determinam, de forma drástica, o futuro de Cabo Verde.

Por todas essas razões, o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional encoraja e facilita a realização de um sistema de parcerias que permite reforçar a utilidade do país para a segurança atlântica e internacional, que tenha em conta as actuais limitações do Estado de Cabo Verde, em matéria de meios e equipamentos, que considere os interesses do desenvolvimento do país, os interesses das comunidades cabo-verdianas e na necessidade de um sistema de relações internacionais fundado na defesa do direito internacional e de valores de solidariedade humana e de cooperação, paz e desenvolvimento dos países.

3. Espaços de interesse estratégico.

No desenvolvimento dos seus objectivos estratégicos, o Estado de Cabo Verde considera como áreas fundamentais de interesse de acordo com as Grandes opções do CEDSN aprovada em Conselho de Ministros, (2005).

- a) O espaço oeste-africano, onde se insere e a África no seu conjunto;
- b) O espaço atlântico, onde também se insere, e particularmente, o relacionamento com Portugal, Espanha e França na Europa, Estados Unidos, na América do Norte, Brasil, na América do Sul e Angola e África do Sul, no nosso Continente;

¹³ José Maria Neves, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, numa entrevista á “Jornal da Economia do Mar”, (Julho de 2014), edição nº 0, Cascais, p.18.

- c) O espaço europeu, em geral, com que tem relações seculares caldeadas pela História e, particularmente, a União Europeia;
- d) O espaço da CPLP com o qual comungamos a língua e a cultura;
- e) O eixo constituído pela China e pelo Japão, no extremo oriente;
- f) O espaço dos estados insulares e particularmente as relações com as Ilhas da Macaronésia;
- g) Os países onde existem fortes comunidades cabo-verdianas;
- h) Os países de origem das comunidades imigrantes em Cabo Verde;
- i) Quaisquer zonas do globo em que, conjunturalmente, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar.

CAPÍTULO IV. DEFESA E SEGURANÇA DO ATLÂNTICO- “UMA APROXIMAÇÃO DO SISTEMA ESTRATÉGICO DE CABO VERDE”

1. Avaliar - Uma aproximação a partir da Legislação, Política e papel das Autoridades.

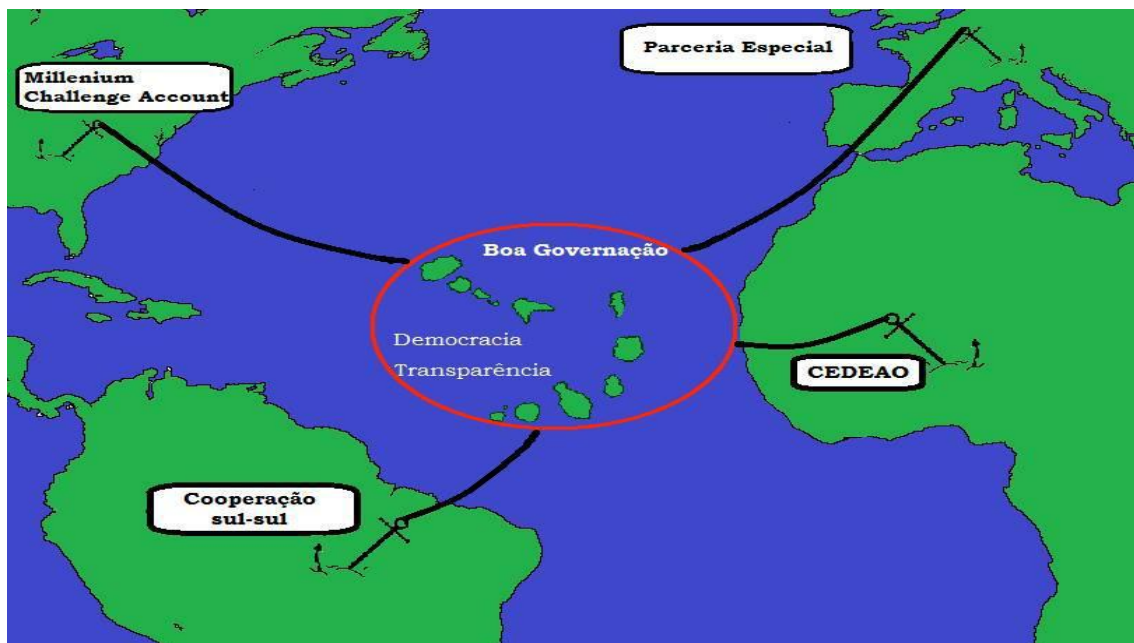
A defesa e segurança do Atlântico é primordial para o futuro do mundo, sendo que actualmente já se fala muito na questão da economia azul ou seja economia voltada para o mar tendo o mar como esperança para a consolidação das relações políticas-económicas entre estados costeiros e não só como também para aqueles que são frágeis economicamente e que precisam de recursos naturais para se investir nas indústrias, transportes e serviços. Daí que o Atlântico pela sua importância, requer toda a estabilidade.

“Assim sendo, vale a pena perguntar, como fazem Kegley e Raymond, se a estabilidade significa mais do que a ausência da guerra em grande escala e abrange também a ausência de ameaças graves à paz global. Na medida em que, durante a Guerra Fria, existiam ameaças endémicas à paz, o mundo dessa época era pacífico mas não estável. Por isso, a chave para a estabilidade residiria na redução ou eliminação das ameaças à paz”. (Dougherty e Pfaltzgraff,Jr., 2003,)

Para (Neves, 2014) “Cabo Verde situado no centro do Atlântico, aqui tudo tem a ver com o mar, brincando, costume até dizer que deveríamos designar de Cabo Azul. O mar é um elemento fundamental, a única área que podemos ser uma potência”.

1.1. Cabo Verde e as suas relações com os 4 continentes.

Figura nº 2 – Posição estratégico de Cabo Verde e as suas relações com os 4 continentes.



Fonte: Tese Apolo¹⁴

Interpretação do investigador sobre a figura nº 2:

A importância da Defesa e Segurança do Atlântico tendo Cabo Verde no Centro do Corredor, enquanto País de Estabilidade. Como retrata a figura nº 2, a importância do espaço atlântico para o País não decorre somente da nossa condição de País arquipélago situado no meio do Oceano Atlântico, mas resulta sobretudo da sua história enquanto País cooperativo e seguro no corredor do Atlântico, reflectida no quadro da Boa Governação; Transparência, Democracia, Parceria Especial com a U.E, a CEDEAO, Cooperação Sul-Sul e no Plano do Millenium Challege Account, frutos que justificam a sua boa relação com os Pólos dos quatros continentes.

Segundo Mahn, (citado por Dougherty e Pfaltzgraff,Jr., 2003), “as ilhas dispunham de vantagem sobre os Estados que partilhavam fronteiras terrestres com outros Estados”.

“Mackinder, enquanto sublinhava a importância crescente do poder terrestre, não ignorava o papel do poder marítimo”. (Dougherty e Pfaltzgraff,Jr., 2003)

¹⁴Fonte:https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24544/1/Tese_Vers%C3%A3o%20Final_Rik%20Apolo.pdf

Segundo (Santos, 2008) na sua obra “A Idade Imperial – A Nova Era”, citado por Antero Matos no Colóquio Internacional sobre as Relações de Cooperação entre Cabo Verde, Portugal e a Europa, em matéria de segurança, a segurança assumirá o papel fulcral de principal instrumento do desenvolvimento (...) a pobreza deixará de ser, não apenas o grande problema dos pobres (...), mas também um importante problema para os ricos (pelos riscos de segurança que lhe são inerentes).

Modelski e Thompson (cit. in Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003), afirmam que as principais potências navais, não só protegem as vias de comunicação marítima, como jogam um papel decisivo na preservação do Status quo resultante de guerras anteriores. As armadas representam uma condição necessário, ainda que não suficiente, para alcançar o estatuto de Potência Global, conferindo mobilidade intercontinental que permite aos seus detentores, como no caso dos Estados Unidos durante a crise dos mísseis de Cuba em 1962, neutralizar as capacidades dos adversários.

Na mesma linha de Pensamento, segundo Mackinder (cit. in Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003), o poder marítimo continuava a ser tão vital para o poder mundial como sempre tinha sido, e no Séc. XX, o Estado que controlasse heartland podia tornar-se numa potência marítima dominante tal como Macedónia e Roma, embora primeiramente Potências Terrestres, acabaram por se fazer com o domínio dos mares.

Para (Santos, 2008), enquanto Sul dispõem de recursos naturais que escasseiam no Norte, como Combustíveis fósseis, o Norte dispõem de conhecimentos no domínio da governação e da Segurança, que podem ser úteis ao Sul.

Segundo (Neves, 2014), “Cabo Verde Pode Ser um importante plataforma de transporte de pessoas e de mercadorias para toda a região da África Ocidental e para o Atlântico, aproveitando a sua situação geoestratégia”.

Para (Santos, 2008), cada uma das regiões, Norte e Sul, pode funcionar como mercado apetecível da outra, sendo que passa pelo Atlântico Sul Grande parte de circulação dos produtos comerciais que abastecem o Norte e daqueles que ele exporta.

Na mesma visão, (Neves, 2014), afirma que “Cabo Verde pode aproveitar a sua posição geoestratégia para reparação naval; ser base logística de apoio a pesca; transshipment; bunkering; incentivar indústrias ligadas ao mar desde produção de água potável, da produção de energia de transformação do pescado, da indústria farmacêutica (...) formação ligada a economia do marítimo ou seja estamos a falar de toda a problemática da segurança”.

1.2. Algumas ilações teóricas para reflexão sobre a coordenação das Autoridades Marítimas de Cabo Verde em matéria de segurança marítima, defesa e dos outros interesses do Estado.

Os Estados com o aparecimento de novos tipos de crimes (Terrorismo, Tráfico de pessoas, Narcotráfico) e ameaças face a globalização que trouxe consigo vagas de avanços das novas tecnologias, progressos a nível dos transportes e proliferação de armas de destruição maciça (ADM) sem presidentes, é de dizer que os Estados quase forçadamente sentem se obrigados a cooperarem para poderem estar em situações de mediações, defesa e combates das circunstâncias indesejáveis que possam atentar a estabilidade e a paz no seio dos seus territórios, nos blocos económicos-políticos ou mesmo a nível mundial.

Daí que, um simples conflito pode efectivamente repercutir nas relações socioeconómicas ou políticas bilaterais ou multilaterais entre os Estados no palco internacional. Para isso, Cabo verde não perdeu terreno em preocupar-se reforçar as suas autoridades marítimas com meios e atribuições para poderem estar suficientemente preparados para darem os seus contributos na luta contra os ilícitos que muitas vezes encontra o mar do Atlântico como via para proliferar as suas actividades, aproveitando as vulnerabilidades dos meios dos Estados Africanos.

Portanto, Cabo Verde desde a sua independência tem feito um grande esforço não só económico, tanto como organizacional para o exercício efectivo da autoridade do Estado no mar, que sendo assim, de acordo com o Direito Internacional e da prestação de auxílio marítimo, investiu nas entidades com competências para exercer a autoridade nos seus espaços marítimos, bem como ratificando convenções internacionais, nomeadamente a Convenção sobre a Salvaguarda da Vida no Mar (SOLAS) e a convecção das Nações Unidas sobre o Direito no mar.

O Código Marítimo de Cabo Verde, criado pelo Decreto-Lei n.º 14/2010, de 15 de Novembro, veio regular toda a actividade marítima e atribui competências a um conjunto de entidades que devem exercer o poder do Estado no mar e áreas marítimas. Contudo, este código não atribui a denominação de Autoridade Marítima Nacional (AMN) a nenhuma entidade, especificando apenas que a administração marítima para todos os efeitos é o Instituto Marítimo e Portuário (artigo 8º). As entidades com competências atribuídas no código marítimo (artigo 10º) são a Guarda Costeira (GC), a Polícia Nacional (PN), a Polícia Judiciária (PJ), assim como as administrações pesqueiras ou militares ou outras que estejam sujeitas à legislação especial (artigo 9º).

1.3. Código Marítimo de Cabo Verde no âmbito do direito comparado com os outros sistemas estratégicos no plano nacional e internacional para o contributo na segurança marítima nacional e defesa do Atlântico.

No âmbito do direito comparado, de acordo com o Texto deste Código, criado pelo **Decreto-Legislativo n.º 14/2010, de 15 de Novembro**, foram fontes de inspiração na confecção do presente Código:

- O Projecto de Lei Geral da Navegação Marítima de Espanha, o Código Comunitário da Marinha Mercante – CEMAC-2001, o Código Marítimo da Croácia, de 1994, e o Código Marítimo da Suécia, também de 1994.

De igual modo, foram tidos em conta os princípios das numerosas convenções marítimas internacionais existentes no sector, sejam elas das agências especializadas das Nações Unidas, como a OMI (Organização Marítima Internacional), a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) e UNCITRAL (Conferência das nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional) ou de alguns organismos privados, como a CMI (Comité Marítimo Internacional).

Segundo Antero Matos, (2010), durante um seminário sobre Segurança Marítima em C.V que envolveram várias autoridades marítimas, são as instituições abaixo mencionadas que detêm funções de imposição da lei no mar (law enforcement).

- **Administração Marítima;**
- **Administração Portuária;**
- **Guarda Costeira;**

- **Polícia Judiciária;**
- **Polícia Nacional (Guarda Fiscal/Serviço de Fronteiras);**
- **Direcção Geral das Pescas;**
- **Direcção Geral do Ambiente.**

1.4. Legalidade Jurídica

Falando em exercício da autoridade no mar por parte de um Estado deve ter sempre em consideração, sustentação jurídica, suportada em leis nacionais e internacionais. A constituição da República de Cabo Verde integra o Direito Internacional na ordem jurídica cabo-verdiana e privilegia as normas internacionais, às normas internas, ratificadas pelo País (artigo 12º da Constituição). Portanto, no que diz respeito à autoridade do Estado no mar são essenciais os seguintes textos:

- Constituição da República;
- Conceito Estratégico Nacional;
- Plano Estratégico de Segurança Interna;
- Código Marítimo;
- Estatutos ou Leis orgânicas das entidades competentes;
- Convenções Internacionais.

1.5. Vulnerabilidades e as ameaças mais prováveis.

Tendo em conta as principais vulnerabilidades e as ameaças mais prováveis que segundo (Antero Matos²⁴, 2010) encontram-se abaixo espelhados, que por tudo, Cabo Verde por ser um Estado Arquipelágico situado no Atlântico Médio não fica alheio face as tais vulnerabilidades e ameaças:

- Principais Vulnerabilidades

- A insularidade do país;
- A extensão e o formato da linha de costa;
- A grande dimensão do espaço marítimo nacional.

- Ameaças Mais Prováveis

- O Narcotráfico e o tráfico de seres humanos e de armas;
- A criminalidade organizada;
- O comércio ilegal (contrabandos diversos, contrafacção de medicamentos, etc.);
- A imigração irregular;
- A depredação dos recursos marinhos;
- A pirataria;
- O terrorismo;
- Desastres marítimos.

Portanto, para que tais vulnerabilidades e ameaças não ultrapassem fronteiras a fim de se acomodar nos Estados Frágeis e Falhados, Cabo Verde segundo (Artigo 11º- Relações Internacionais, da alínea nº5), Presta as organizações Internacionais (O.I), nomeadamente á ONU e a U.A, a colaboração necessária para resolução pacífica dos conflitos e para assegurar a paz e a justiça internacionais, bem como respeito pelos direitos humanos; pelas liberdades fundamentais e apoia todos os esforços da comunidade internacional tendentes a garantir o respeito pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

1.6. Objectivos Específicos da Segurança Marítima

Daí a razão de existência de alguns Objectivos Específicos da Segurança Marítima que no pensamento de Matos, (2010) seria:

- A defesa do território marítimo;
- A luta contra o narcotráfico e outras modalidades de crime organizado transnacional;
- A protecção das fronteiras contra a imigração irregular;
- A segurança marítima e da navegação;
- Protecção do transporte marítimo;
- A salvaguarda da vida humana no mar.

Entretanto, de acordo com o Título II da Administração Marítima, do Capítulo II das Atribuições e Competências de outros órgãos subscrito no Código Marítimo de Cabo Verde, fica deposto nos seguintes artigos:

Artigo 9.º - **Atribuições e Competências**

O disposto no presente Código não prejudica as atribuições e competências das administrações pesqueira, militar ou outras que estejam sujeitas à legislação especial.

Artigo 10.º

Guarda Costeira e Polícias

A Guarda Costeira (CG), a Polícia Nacional (PN) e a Polícia Judiciária (PJ) exercem nos espaços marítimos nacionais e nos portos, as competências que se lhes são atribuídas pelo presente Código e nas respectivas leis orgânicas, nos seus estatutos e o demais previsto em legislação especial.

1.7. Exemplo Prático: Apreensão de Acto Ilícito nas águas de Cabo Verde em missão conjunta das Autoridades Cabo-verdianas com Apoio dos E.U.A.

Portanto, o melhor exemplo de justificar as competências da Guarda Costeira, da PN e da PJ, é espelhar a missão conjunta realizado em 2010 na matéria da luta contra narcotráfico nos espaços marítimos nacionais segundo as competências delineadas no artigo 10º acima mencionada.

Figura nº 3 – Operação Tortuga



Figura nº 4 – Operação Tortuga



Fonte: Arquivo da Guarda Costeira CV.

As duas figuras (nºs 3 e 4), retratam uma abordagem que resultou na apreensão do navio veleiro “Tortuga” com cerca de 26 kg de Cocaína realizada nas águas de Cabo Verde que decorreram entre dia 24 a 31 de Agosto de 2010, numa missão conjunta entre CV LEDET e MAOC (N), com participação de 2 elementos da PJ; 3 da Guarda Costeira e 1 elemento da MAOC(N). É de realçar que tiveram envolvido dois meios navais:

- HMS Gloucester da Royal Navy.
- N/P Tainha da Guarda Costeira de CV

Entretanto, é de dizer que os E.U.A juntamente com Cabo Verde, realiza e executa muitos planos de exercícios e missão conjunta com o Estado de Cabo Verde (APS). Contudo, a implementação de muitos sistemas de controlo do SAR, Fiscalização e Patrulhamento da Costa na matéria de luta contra actividades ilícitas e crimes nas Águas Nacionais e fora da ZEE é financiada pelos E.U.A, que como exemplo, podemos citar o COSMAR, que faz o seu papel no controlo das operações marítimas nas Águas Nacionais e no corredor do Atlântico médio.

2. Avaliar - Uma aproximação a partir da geopolítica e geoestratégia de Cabo Verde.

2.1. Enquadramento

Desde muito cedo, o Estado de Cabo Verde preocupou-se com a sua vasta Costa Marítima dado o seu posicionamento geográfico de condição de Estado Arquipelágico. Portanto, em 1992 através do Programa de Governo, o Ministério da Defesa Nacional (MDN), indicou-se aproximar verdadeiramente a sua Geopolítica do Conceito Geoestratégica em lançar uma atenção especial a vigilância e fiscalização do espaço aéreo e marítimo nacional e na nossa zona económica exclusiva (ZEE), que pelo despacho 18/92 do MDN, cria-se junto do Ministro da Defesa Nacional a Comissão Inter-Sectorial de Implementação do Sistema de Controlo e Fiscalização Marítima.

Portanto, no Segundo Ponto ficou criado a comissão, constituída na altura pelas personalidades abaixo mencionadas:

Capitão Eliseu Sousa Lopes – que presidiu;

Capitão Augustin Borges Pereira;

Capitão César Augusto Lélis Fortes;

Dr. José Manuel Silva Pires Ferreira - Director-Geral da Marinha Mercante;

Dra. Benilde Correia Silva – Directora-Geral da Aeronáutica Civil.

No Terceiro Ponto, as Personalidades supracitadas ficaram incumbidas num período de 180 dias a proceder á:

- a) Elaboração de uma Proposta de Revisão da organização e funcionamento do sistema de autoridade marítima a luz da criação da Guarda Costeira;
- b) Identificação da esfera de atribuições da Guarda Costeira no Sistema de autoridade marítima, busca e salvamento;
- c) Identificação das necessidades no domínio da legislação marítima;
- d) Inventariação dos meios existentes na área de patrulhamento marítimo, busca e salvamento.

Portanto, é de valorizar que o contributo para a criação da Guarda Costeira que entretanto deu um impulso significativo no sistema de controlo e de fiscalização marítima enquanto autoridade marítima nacional é incalculável, por outros motivos, também o seu importantíssimo papel por Cabo Verde não ter uma marinha que pudesse substituir a sua importância na matéria da defesa e segurança nacional, alargado aos espaços aéreos e marítimos sob jurisdição e soberania do Estado de Cabo Verde.

Assim que, a necessidade de aumentar o controlo e reformular políticas geoestratégicas voltadas a defesa e segurança no mar, não coloca em causa a algumas ambições como no caso de aumentar a plataforma continental para melhor e maior salvaguardar os recursos haliêuticos e explorar as riquezas que o sub solo poderá nos oferecer.

3. Avaliar - Uma aproximação a partir da “Ambição da Extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas” e o paradoxo da sustentabilidade e controlo face a fracos recursos do Estado de Cabo Verde enquanto Pequeno Estado, arquipelágico e insular no Atlântico médio.

O Governo, manifestando o interesse da fixação dos limites exteriores da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, demonstra a preocupação que Cabo Verde vem ao longo dos anos a ter na matéria do mar, salvaguardando a sua importância na exploração dos recursos do subsolo e também na matéria da Defesa e Segurança colectiva no Atlântico face as suas vulnerabilidades económicas e meios navais contra eventuais ameaças.

“Na análise de Manh, a extensão da Costa e a qualidade dos portos eram factores importantes, muito embora a extensão de território possa constituir uma fonte de fraquezas no caso de não dispor de um nível adequado de população e de recursos naturais”. (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003)

Para (Borges, 2014), a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, ao consagrar a possibilidade dos Estados Costeiros alargarem as suas plataformas costeiras erigir-se num marco histórico ao permitir os Estados Africanos Costeiros, salvaguardarem interesses potencialmente importantes para futuras gerações.

O Governo de Cabo Verde tem atribuído grande importância a este Dossier pois acreditamos tratar se de um investimento que terá um grande impacto na construção futuro dos nossos países. Para nós, um País arquipelágico, o potencial do oceano é uma certeza. “Não podemos deixar de pensar que «l’avenir de la terre pourrait être la mer»”.(Borges, 2014)

Segundo (Neves, 2014), os estudos do Projecto de Extensão da Plataforma Continental encontra na fase de conclusão, com o apoio da Noruega, do Brasil e do Portugal para ser apresentado às Nações Unidas dentro dos Prazos estabelecidos.

“Modelski e Thompson, a partir da obra de Manh, desenvolveram a relação entre o poder marítimo e política global”. (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003).

Para Modelski e Thompson (cit. in Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. 2003), pese embora as forças terrestres tenham sempre sido indispensáveis para a derrota final e ocupação de um oponente, como aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, foi o poder marítimo que interligou os vários teatros de operação, conferindo uma mobilidade indispensável aqueles que dominaram na obtenção dessas capacidades.

Segundo (Santos 2008), “ no controlo do Atlântico Médio/Sul, o papel fulcral pertencerá ao polígono Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Brasil. O eixo Cabo Verde-Brasil controla a passagem do Atlântico Norte/Médio para o Atlântico Sul”.

Na mesma linha de pensamento, para (Santos, 2008), numa configuração de Segurança e Defesa deste tipo, os Açores continuarão a desempenhar um papel de articulação fulcral, não apenas entre as margens do Atlântico Norte, mas servindo de vértice de um triângulo estratégico chave para alargar ao sul as preocupações defensivas do Atlântico Norte – O triângulo Portugal Continental, Açores e Cabo Verde.

Para Mahn, (citado por Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003), uma nação que contasse com uma população vocacionada para ofícios navais, em especial a construção naval e comércio, teria toda a possibilidade de se tornar um estado com grande poder marítimo.

Durante o Séc. XX, o Atlântico Norte foi fortemente marcado por aquilo a que poderemos chamar o «clube anglo-saxónico», a partir do eixo Washington-Londres. No Séc. XXI, destacar-se á importância do «clube lusófono», na medida em que o Atlântico Sul se considera um lago lusófono. (Santos, 2008).

“A análise histórica marítima feito por Mahn, em especial o crescimento da influência global britânica, levou-o a concluir que o controlo dos mares e em especial o controlo passagens marítimas de importância estratégica, constituía um elemento crucial para alcançar o estado de Grande Potência”. (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003).

No que refere a cooperação no domínio da Segurança Marítima, (Neves, 2010), afirma numa entrevista que “tem havido uma cooperação alargada e muito diversificada com Brasil, Angola, Estados Unidos, bem assim como os vários países da União Europeia,

entre os quais Portugal, Espanha, Grã-Bretanha ou França, quer na vigilância das nossas águas quer no combate aos vários tráficos e criminalidade organizada”.

Para (Santos, 2008), “neste novo contexto estratégico aconselha uma visão alargada do Ocidente geográfico, que abranja ambas as margens de todo o oceano Atlântica (continente americano e Euráfrica), em vez do ocidente limitado á América do Norte e Europa Ocidental, espaço geopolítico que gerou a Aliança do Atlântica em 1949, agora claramente ultrapassado. As ameaças á segurança (criminalidade organizada terrorismo internacional) criadas a partir dos estados falhados do Sul, que atingem tanto Sul como o Norte, devem ser combatidas pela vontade conjunta dos poderes políticos de toda a vasta região que integra o espaço geopolítico do conjunto do Ocidente geográfico”.

Daí que, podemos relacionar a grande importância que Cabo Verde tem no corredor do Atlântico, sendo os cenários das trocas comerciais; imigração clandestina; criminalidade e terrorismo internacional não se limitam somente no norte ou no sul, pelo que o Ocidente geográfico abrange ambas as margens de todo o oceano Atlântico, assim que, Cabo Verde poderá servir de intermédio e mediador ao transformar num importante polo estratégico devido a sua posição geográfica e condição de Estado insular e arquipelágico com o seu papel, no apoio a Defesa e Segurança do Atlântico.

Segundo (Neves, 2014), Cabo Verde em matéria de Segurança tem feito múltiplos acordos bilaterais, com realização de patrulhas conjuntas no apoio e reforço da Guarda Costeira, sendo que, é exactamente nesse quadro que se têm vindo a realizar as actividades do COSMAR. A Guarda Costeira dispõe ainda de um avião Dornier, estando o Governo igualmente trabalhando em estreita cooperação com Brasil para adquirir mais meios aéreos.

Contudo, a Guarda Costeira que segundo Matos (2010), é o “braço naval do Estado de Cabo Verde”.

“Em 1921, Giulio Douhet concluía com grande visão que “o avião dispõe de completa liberdade de acção e direcção; tem capacidade de se voar de e para qualquer ponto no tempo mais curto – em linha recta - através da via considerada mais adequada (...) em virtude desta nova arma, as repercussões da guerra não estão já limitadas ao máximo

alcance de artilharia terrestre, mas, ao contrário podem ser directamente sentida por centenas de milhas nos territórios e mares das nações que se encontram em guerra (...) Deixará de haver distinção entre soldados e civis”. (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. 2003).

Na mesma linha de pensamento, o General Thomas A. White, Comandante da Força Aérea afirma que “ o Ar e o Espaço não são dois meios separados por uma linha ou duas categorias que podemos compartimentar; eles são na verdade, um único e indivisível campo de operações”. (cit. in Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003).

Porém, a partir das ideias do General Americano Billy Mitchell e dos textos de Douhet, Alexander de Severky, “sublinhou as implicações do avanço da tecnologia para a rápida expansão do alcance do avião”, e afirma que “ o controlo do espaço acima da superfície terrestre adquiriu uma importância vital para a projecção do poder militar e para a defesa do território nacional. (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., 2003).

Segundo (Neves, 2010), tratando de Cabo Verde, “COSMAR e Segurança Marítima no Atlântico, na matéria de Cooperação”, a organização que Cabo Verde esta particularmente envolvido e muito empenhado, Cabo Verde participa também na ZOPACAS (Zona de Paz) e Cooperação do Atlântico Sul que integra Brasil até ao Uruguai, mais cerca de mais 24 nações ribeirinhas do Atlântico Sul. Sendo seu reforço, pelo que assumiu inclusive a respectiva Presidência da mesma em Janeiro de 2015.

4. Avaliar – Uma aproximação a partir das ilações comparadas dos titulares da área da Defesa Nacional e Segurança marítima de Cabo Verde.

Para (Gonçalves, 2015)¹⁵, os desequilíbrios sociais motivados pelos conflitos regionais,

¹⁵ Rui Armando Gonçalves- Entrevistado pelo Autor do Trabalho - Perfil: Capitão-Tenente das Forças Armadas de Cabo Verde, Oficial da Marinha- Guarda Costeira, Formado em Ciências Militares Navais, na Escola Naval Da Marinha Portuguesa, Alfeite, com Especialidade na Marinha, Foi Comandante do Navio N/P “ Guardiã ” de Cabo Verde, Foi Director de Operações da Guarda Costeira e actualmente é Comandante da Esquadilha Naval da Guarda Costeira de Cabo Verde.

crises económicas e políticas, perseguições religiosas etc...têm motivado uma série de ameaças às populações vulneráveis obrigando-as a aventurarem-se em viagens transfronteiriças, muitas vezes por via marítima, à procura de melhores condições de vida. Portanto, é nesta linha que posso dizer que Cabo Verde tem cooperado com as suas políticas e estratégias, sendo na zona Oeste africana, área onde Cabo Verde se encontra localizada, o aumento da pirataria marítima no Golfo da Guiné (assalto a mão armada), a ameaçando importantes vias marítimas internacionais e o transporte de petróleo, está a alarmar os líderes regionais, motivando medidas coordenadas e acertadas, nomeadamente a institucionalização de instrumentos normativos comuns, como é o caso de “**Declaração de Yaounde**” pelo qual Cabo Verde participa na elaboração do código de conduta.

Segundo (Delgado, 2015)¹⁶, “julgo ser necessário enfatizar a dimensão da problemática da segurança marítima”. Como é óbvio, esta problemática é de dimensão mundial, podendo ser tratado de forma regional, sempre com o objectivo global. Cabo Verde tem ratificado os tratados e convenções internacionais, assim como, tem participado em projectos a nível regional juntamente com os países desta região do globo.

Para (Ribeiro, 2015)¹⁷, dentro das nossas limitações Cabo verde tem cooperado de que maneira, visto que, temos participado em conjunto com forças amigas e países amigos, no sentido de treinar ou aperfeiçoar os procedimentos e as regras de abordagens para combater e enfrentar certas práticas de ilícitos na nossa Zona Económica Exclusiva.

¹⁶ Areolino Soares Delgado- Entrevistado pelo Autor do Trabalho - Perfil: Tenente das Forças Armadas de Cabo Verde- Oficial da Marinha na Guarda Costeira, Mestre em Ciências Militares Navais, Pela Escola Naval da Marinha Portuguesa, Alfeite, Portugal. Autor do Tese de Mestrado, - Proposta da Criação de “Um Sistema Integrado da Autoridade Marítima de Cabo Verde”

¹⁷ Manuel Mendes Ribeiro- Entrevistado pelo Autor do Trabalho – Perfil: Sargento-Principal das Forças Armadas de Cabo Verde, Mestre da Marinha de Guerra- Guarda Costeira, Formado na Especialidade Manobra, na Escola das Tecnologias Navais, da Marinha Portuguesa, Alfeite, Portugal, Foi Chefe de Abordagem no Navio Guardião e já foi Comandante das Embarcações de Busca e Salvamento (SAR).

Na visão de (Batista, 2015)¹⁸, Cabo verde faz parte do ZOPACAS, isto vai demonstrar que Cabo Verde tem consciência do potencial que a sua posição geoestratégia lhe ofereça, mas também, está ciente das suas fragilidades, que teria em enfrentar sozinha os desafios, visto que, o nosso arquipélago situa-se numa zona de tráfego marítimo muito tenso e traz consigo algumas preocupações, quando consideramos que existe a volta tráficos e actividades ilícitas que passa pelo nosso arquipélago entre América Latina, rumo a África, Europa e por fim em direcção aos Estados Unidos da América

Para (Gonçalves, 2015) Cabo Verde é um País estável, embora, o declínio da probabilidade de incidência de guerras entre estados, situação que nunca se verificou em cabo Verde, e a emergência de ameaças transnacionais resultou numa maior preocupação política com a segurança interna em detrimento da defesa. Daí que, no âmbito da segurança marítima, tem-se identificado desafios comuns aos Estados. São eles o do combate às ameaças do terrorismo e do crime organizado, da pirataria, da proliferação de armas de destruição em massa, do tráfico de droga e de pessoas, das migrações em massa, a interrupção das rotas comerciais, da violação de leis fiscais ou aduaneira e da depredação dos recursos vivos. Como é óbvio, sem deixar de considerar a poluição marítima provocado por derrames de combustíveis, lastro dos navios, lavagem de tanques.

Segundo (Delgado, 2015), a importância do combate aos ilícitos que Transcorrem no Atlântico e na ZEE de Cabo Verde, justifica contudo, com a ratificação de convenções e tratados internacionais que acarreta algumas obrigações inerentes ao conteúdo dos mesmos. Daí que, a ratificação dessas convenções não é mais do que assumir e aplicando as normas delas provenientes. Porém, para tal é preciso criar uma estrutura interna, tanto a nível normativo como a nível orgânico, capaz de abranger todo o sector e defender os interesses do Estado.

¹⁸ Kabhi Batista- Entrevistado pelo Autor do Trabalho - Perfil: Capitão-Tenente das Forças Armadas de Cabo Verde, Oficial da Marinha- Guarda Costeira, Formado em Ciências Militares Navais, na Escola Naval da Marinha Portuguesa, Alfeite, com Especialidade na Marinha, actualmente é Comandante do Navio N/P “Guardião” de Cabo Verde.

Segundo (Ribeiro, 2015), Cabo Verde tem feito muito, para melhorar as suas leis ou diplomas legislativos no sentido de diminuir ou travar as manobras dos traficantes, visto que, não é fácil e não é somente com legislações e diplomas normativos que se pode falar em conter e acabar com práticas criminosas nas nossas águas, mais sim, depende de inúmeros factores

Para (Batista, 2015), Cabo Verde tem noção que eventuais crimes que transcorrem no corredor do Atlântico são Crimes transnacionais, pelo que, um País sozinho não consegue inibir ou eliminar essas práticas sozinhas. Daí que, a ratificação de tratados e cooperação com países com objectivos comuns é necessário, visto que, é com apoio desses países que podemos efectivamente começar a alcançar ganhos. Portanto, assinar e ratificar tratados, protocolos e legislações internacionais permite com que seja possível empreender acções de forma legal e legítimo assim cobrir qualquer acção Cabo Verde precisa empreender no sentido de neutralizar Crimes.

Na mesma linha de pensamento, segundo (Gonçalves, 2015), das ameaças apontadas, em Cabo Verde, o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional destaca o tráfico de droga como uma forma de agressão externa, e uma ameaça interna, que é dirigida contra a vida das pessoas, a autoridade dos Estados e a estabilidade das sociedades. Contudo, o mesmo documento consagra, ainda, o terrorismo e a proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição maciça, como ameaças, sem portanto, ignorar o problema da Sobre exploração dos recursos vivos, particularmente a pesca ilegal, a poluição marítima motivada pelo número de navios que diariamente atravessam a águas sob jurisdição ou soberania de Cabo Verde.

Segundo (Delgado, 2015), o Conceito Estratégico da Defesa Nacional de Cabo Verde é um diploma muito completo e abrangente. A Defesa e Segurança no Atlântico são conseguidas se for conseguida a defesa e segurança dos países do Atlântico e suas áreas marítimas jurisdicionais. Desta forma julgo que o Conceito Estratégico de Cabo Verde está adequado à problemática

Segundo (Ribeiro, 2015), Cabo Verde tem actualizado as suas legislações através de ratificações de tratados em matéria de crime no mar, mas, o Governo tem que investir

mais na área da defesa, ou seja, investir nos meios operacionais e nos recursos humanos do ramo naval militar, pelo que, como tinha dito, não basta regulamentar diplomas para poder falar no combate contra crimes por vias marítimas na nossa ZEE e no corredor do Atlântico.

Para (Batista, 2015), no que toca o Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional (CEDSN), Cabo Verde conta com as suas Forças Armadas, através da Guarda Costeira na matéria de crime por via marítima, para em caso de necessidade, intervir de maneira que for entendida, necessária para garantir a Defesa do Território Nacional e os interesses económicos do país dentro das suas águas de soberania e jurisdição.

Para (Gonçalves, 2015), afirmar que o CEDSN enquanto documento orientador das instituições no âmbito da segurança nacional, realça a segurança como factor de desenvolvimento que não deve ser descorada. A segurança Marítima enquanto um dos vectores da Segurança Nacional terá que se efectivar na sua plenitude para que as pessoas que utilizam o mar como forma de sobrevivência e de lazer não se sintam ameaçados tanto nos portos como nos navios.

Para (Delgado, 2015), Cabo Verde é um país arquipelágico e com escassos recursos. A postura de Cabo Verde deverá ser a de cooperar politicamente e a nível de informações com países amigos, frisando a segurança das suas áreas jurisdicionais, Pelo que, existem muitas deficiências na implementação de uma estrutura que seja capaz de dar resposta às solicitações da problemática da autoridade marítima. Neste momento a fiscalização é deficitária.

Para (Ribeiro, 2015), Cabo Verde tem cooperado de várias maneiras com as organizações internacionais e países amigos, tendo participado em missões conjuntas como SAREX, SAHARAN EXPRESS, entre outras missões. Portanto, Cabo Verde já deu passos longos nesta matéria, sendo já participou duas vezes nas missões estrangeiras do SAREX, SAHARAN EXPRESS em Senegal, com várias marinhas dos países estrangeiros, onde demonstrou grande nível de capacidade na defesa e segurança marítima.

Para (Batista, 2015), afirma que Cabo Verde tem Cooperado na defesa e a segurança do Atlântico, mas que pode ser um pouco ambicioso dizer isto, mas, Cabo Verde tem feito

muito a nível de segurança nas suas águas sob jurisdição através da participação em missões com países amigos no campo de patrulhamento, fiscalização que tem vindo a ser realizado nessa zona, que efectivamente depende de intenções do Governo em garantir e demonstrar os parceiros a vontade de ter as nossas águas seguras.

Para (Gonçalves, 2015), Cabo Verde tem cooperado sim, com as organizações Internacionais e outros Países na defesa e segurança contra ilícitos no Atlântico, dando o seu contributo através de exercícios internacionais com combinações de forças nacionais conjuntas com Estados Unidos nos exercícios do (AMLEP), com Portugal através da iniciativa (Mar Aberto) e por fim nos Exercícios com forças do (MAOC) da Inglaterra, sem falar dos outros países como: Reino da Espanha, Reino Unido, Países vizinhos e de entre outros.

Na mesma linha de pensamento (Batista, 2015), afirma que Cabo Verde tem estado presente em algumas actividades nos países da sub-região como por exemplo, no Senegal, onde foram realizadas operações de fiscalizações e duas séries do Exercícios do SAHARAN EXPRESS e, com treinos de abordagens e Buscas e Salvamento e algumas actividades nas águas da Guiné Conacry e Serra Leoa, onde através do Navio Guardião, foi realizado uma operação de fiscalização das pescas naquelas águas com colaboração das entidades responsáveis no sector dos dois países.

Para (Delgado, 2015), quanto à criação de diplomas legislativos e normativos no sentido de reprimir e punir os criminosos, julgo que o Estado de Cabo Verde tem conseguido acompanhar a evolução das ameaças nos seus espaços marítimos. A criação do Código Marítimo é uma prova do trabalho feito a nível legislativo e na estruturação legal do sector marítimo. Contudo, pouco ou nada vale ter legislação e normas se não se consegue fiscalizar o cumprimento das mesmas.

Segundo (Batista, 2015), pode ser uma opinião que não agrada a muitos, mas, Cabo Verde pode ter uma legislação bastante abrangente, mas para nós que operamos no terreno, damos falta em muitas situações na matéria da regulamentação que vai especificar exactamente, em que modo as agências que estão ligadas a este (PJ, PM, GC) etc, vai fazer aplicar a lei. Entretanto, são pormenores que Segundo (Batista, 2015),

falta na legislação geral e que necessita de ser regulamentada e que por sua vez, sem esta regulamentação torna difícil actuar porque não há suporte suficiente.

Segundo (Gonçalves, 2015), questionado se Cabo Verde tem criado leis ou diplomas normativas, no sentido de reprimir e punir os criminosos que exercem actividades ilícitas nas suas águas. (Gonçalves 2015), afirma que Pensa que o Estado tem trabalhando neste sentido e que Cabo Verde orienta-se através do diploma UNCLOS, que é a lei mãe, onde não só aborda as questões da segurança marítima do Atlântico, mas sim do mundo todo, na matéria de Crime por vias marítimas.

Para (Batista, 2015), o Código Marítimo é uma legislação que é bastante abrangente, mas, por experiência própria, quando encontramos numa operação de fiscalização é muito importante para nós verificar aspectos como a segurança da embarcação e certificação da tribulação e contudo, é muito frequente em quase todas as fiscalizações, encontrar infracções a nível da segurança, como balsas fora do prazo da validade, coletes insuficientes e sem certificado de navegabilidade, que são reportadas imediatamente nos nossos autos de notícia e encaminhado a quem de dever e que ao fim ao Cabo, os mesmos infractores regressam ao mar novamente com as suas operações sem ser responsabilizadas e com as mesmas infracções, pelo que deveria ser instaurada o processo e proibir a operabilidade pela agência de dever, no sentido de contribuir para o aumento da segurança marítima e diminuição de crimes de irresponsabilidades.

Segundo (Gonçalves, 2015), no que toca criação de leis e ratificações de acordos para combates contra crimes e actividades ilícitas que transcorrem no Corredor do Atlântico, Cabo verde tem ratificado consideravelmente, acordos nesta matéria sendo, subscreve como membros de varias organizações que concorrem para a segurança marítima no Atlântico, entre os quais: ZOPACAS, AFRICON e MAOC. Portanto, Cabo verde tem acordos com Países Vizinhos como Senegal no campo da Perseguição e enquanto membro do ECOWAS, participa na criação de um Sistema Estratégico Integrado para todo os países da Comunidade (CEDEAO).

Do ponto de vista de (Batista, 2015), é preciso fazer um trabalho grande em relação a todas as legislações que existe em Cabo Verde na matéria, para que esta legislação

revisada, pode ter impacto nas vidas das pessoas que trabalham no mar e o outro impacto, efectivamente no desempenho que as agências da área vão ter no seu trabalho.

No que toca aplicabilidade na prática das normas por parte das autoridades marítimas (Guarda Costeira, Policia Marítimo, AMP, Polícia Judiciária) e outras autoridades com competência na matéria a partir do Código Marítimo de Cabo Verde, portanto, no pensamento de (Delgado, 2015), o problema está na fiscalização do cumprimento das Leis e normas no sector marítimo. Contudo, existe uma panóplia de entidades com atribuições de autoridade marítima, sem no entanto, existir uma entidade que seja a Autoridade Marítima.

Segundo (Batista, 2015), em relação as instituições ligadas no exercício da autoridade marítima, acredita que poderíamos estar numa situação melhor, com as responsabilidades, atribuições e competências bem delineadas dentro das instituições afectos na matéria de modo a minimizar algumas limitações no funcionamento. Daí que, falta muito a se fazer, principalmente no campo de esclarecimento das competências atribuídas às instituições com autoridade marítima, enquanto parte integrante do sistema.

Na mesma linha de pensamento, (Ribeiro, 2015), afirma que há aplicabilidade na prática das normas por parte das autoridades marítimas entre elas (PJ, PM, GC), pelo que, essas forças tem trabalhado em conjunto de forma a padronizar leis e normas de actuação, no sentido de tirar proveito quando actuam ou agem de forma conjunta ou individualmente no mar. Entretanto, falta efectivamente, normalizar regras de empenhamento, ou seja, dar autoridade e competência predefinida, a cada uma das forças para actuarem independente, em caso de necessidade.

Para (Delgado, 2015), perante a escassez de meios existentes, facto inerente às condições financeiras do País, seria de extrema importância uma forte e constante cooperação entre todos os agentes com incumbências de autoridade marítima. Para tal seria preciso edificar uma estrutura de autoridade marítima que abrangesse todas as entidades com atribuições nesse sector e mecanizasse procedimentos. Tal estrutura, que poderia ser um Sistema de Autoridade Marítima, que se assentaria em três pilares importantes: Cooperação, Coordenação e Eficiência

Salienta (Batista, 2015), que no campo da fiscalização conjunta, tem feito missões de Patrulhamento no campo de Security e no campo do Safety tem sido realizado missões de Busca e Salvamento, desta forma, envolvendo elementos da Policia Judiciaria (PJ), Policia Marítima (PM), Agencia Marítima e Portuária (AMP) e da Direcção Geral das Pescas (DGP)

Para (Gonçalves, 2015), por outro lado, tomar medidas determinadas e firmes para que os que usam o mar como meio de prevaricar através da pratica de actos ilícitos ameaçando a paz e a segurança interna do país, Um País como Cabo Verde, com as suas vulnerabilidades é necessário manter uma relação próximo, através de treinos e partilha de informação com os países parceiros, no sentido de efectivar os acordos bilaterais e regionais.

Questionado na matéria de repreensão dos crimes (Batista, 2015), afirma que Cabo Verde tem cooperado na matéria de luta contra crime e reprimir criminosos, acredita não de forma tão visível, através da polícia Judiciária com instituições irmãs na matéria, como por exemplo os países destinos e vitimas desses tráficos. Ultimamente, tem dado prova que internamente tem criado condições e capacidades para combater esses os tráficos que transcorrem no Atlântico, sendo isso tudo virá na política lançadas ou traçadas a partir do Governo, para poder então caminhar nessa direcção e demonstrar que Cabo Verde tem contribuído na luta contra tráfico ilícitos a nível nacional e internacional.

Para (Gonçalves, 2015), questionado se Cabo Verde tem capacidade financeira, meios navais e aéreas suficientes para fiscalizar todo Território Nacional, visto que, há interesses do Estado de Cabo Verde em estender a Plataforma Continental para além das 200 milhas náuticas. Então, (Gonçalves, 2015), afirma que não, pelo que, para reduzir ou eliminar as vulnerabilidades e combater as ameaças é necessário ter um conhecimento de todo o domínio marítimo sob a soberania e jurisdição nacional através da recolha de informações, quer por via dos meios tecnológicos (AIS, SEAVISION, etc.) quer através de inteligência, e ser capaz de executar medidas que garantam a segurança marítima., deve-se reconhecer a importância do VTS e do radar costeiro ainda que não funcionais, mas, encontra em fase de serem operacionalizados. Pois, é

importante reconhecer a necessidade de se definir um corredor de navegação que permitirá ao COSMAR melhor análise dos navios que operam nas águas nacionais.

Segundo (Delgado, 2015), questionado se Cabo Verde tem capacidade financeira, meios navais e aéreas suficientes para fiscalizar todo o Território Nacional, visto que, há interesses do Estado em estender a plataforma Continental para além das 200 milhas náuticas. Portanto, afirma (Delgado 2015), que “a questão dos meios suficientes é colocada ainda nos Países dito desenvolvidos, portanto no caso de Cabo Verde nem se coloca”. Desta forma, fiscalização dos espaços marítimos deve ser feita de uma forma direccionada, ou seja, com base em informações previamente obtidas. Nesse sentido, o Centro de Operações e Segurança Marítima (COSMAR) assume importância extrema na obtenção e tratamento de informações de todas as actividades nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional.

Segundo (Batista, 2015), para quem trabalha nos navios, não temos meios suficientes. Cabo Verde pela sua extensão da nossa ZEE e pela vontade em estender a Plataforma Continental para além das 200 milhas náuticas, é uma área muito vasta para ser patrulhada com apenas um navio e um meio aéreo para cobrir mais de 734.265 Km², é obviamente insuficiente, se pretendemos efectuar efectivamente um trabalho de fiscalização rigoroso. Contudo, em relação a capacidade financeira, a parte financeira é o calcanhar de Aquiles para Guarda Costeira, pelo que, com boa capacidade financeira, a nossa actuação poderia ser definitivamente melhorada.

Para (Delgado, 2015), a fiscalização dos espaços marítimos sob jurisdição nacional é deficitária por todas as razões que enumerei anteriormente, como por exemplo, poucos meios, quase inexistente a cooperação entre agências e falta de política interna direccionada de forma decisiva ao sector.

No entender de (Batista, 2015), Cabo verde tem conseguido juntamente com outros países fiscalizar as suas águas, mais salienta que poderíamos fazer mais. Portanto, tenho orgulho em dizer que temos conseguido, através das operações em conjunta no ano do comissionamento do Navio Patrulha Guardiã, ter impacto necessário ou suficiente para que chegasse a conclusão que era necessário renegociar o acordo de pesca entre Cabo Verde e União Europeia. Sendo, isto foi conseguido com 1 (um mês) de patrulhamento

continuo com o Navio Guardião de Cabo Verde, um Destroyer dos E.U.A, um Destroyer Britânico e uma Corveta Espanhola. Assim conseguimos fazer ver a quem do direito, que alguns ou muitos aspectos do acordo da pesca precisava efectivamente de ser revista, como é no caso do licenciamento, pelo que, é a razão de orgulho de todos os militares que participaram na operação.

Na mesma linha de pensamento, para (Gonçalves, 2015) nunca é demais salientar os ganhos, como forma se podermos situar sobre as evoluções conseguidas. Entretanto, convém realçar os ganhos nomeadamente no que concerne aos meios adquiridos, como “Guardião” através da Enapor, a operacionalização do COSMAR, a operacionalização de embarcações de Busca e Salvamento fruto do entendimento entre a Guarda Costeira e o AMP, Sistema vídeo vigilância nos Portos.

Para (Ribeiro, 2015), podemos falar que há uma aproximação do sistema estratégico de Cabo Verde em relação aos objectivos comuns da defesa nacional e do Atlântico, mas, o paradoxo é que Cabo Verde tem pouco recursos, poucos meios operacionais para cobrir toda a fiscalização, daí que precisamos encontrar outras alternativas porque o nosso posicionamento no Atlântico é de elevada importância para questões estratégicas.

Para (Batista, 2015), existe uma visão de Cabo Verde, tirando assim proveito da sua posição geoestratégica no meio do Atlântico. Digo proveito a nível do comércio, enquanto plataforma de serviços na área das tecnologias de informações e comunicações (TICs), Cluster do Mar, tudo isto, na vertente económica, onde há uma visão que se possa tirar o proveito na promoção do País no sector marítimo e contribuindo assim para o desenvolvimento do eixo económico do país.

Para (Gonçalves, 2015), há uma aproximação da política do sistema estratégico de Cabo Verde para com o sistema estratégico da defesa do Atlântico nos objectivos comuns da defesa, embora Cabo Verde Carece de meios operacionais e financeiros, que no seu haver, poderiam ser melhor, e há efectivamente, necessidade de se ajustar as instituições nacionais com responsabilidades no âmbito da segurança marítima de forma a tornarem mais eficazes.

Segundo (Batista, 2015), “Vejo Cabo Verde enquanto pólo estratégico quando se fala em crimes transnacionais”, mas que, isoladamente é impossível atingir pretensões, visto que existe países com grandes capacidades a nível de meios e com experiências que não conseguem conter vulnerabilidades de forma isolada.

Daí que, no entender de (Batista, 2015), Cabo Verde transformar-se num pólo estratégico sem reunião de forças estratégicas é impossível de conseguir combater crimes, mas, o que pode ser alcançado é criação de plataforma comum, juntamente com outras organizações e outros países para combaterem as actividades ilícitas, visto que, há uma vontade de Cabo Verde em aproximar o seu sistema da defesa e segurança com os objectivos da defesa e segurança do Atlântico através de parcerias com E.U.A, Espanha, Portugal, Reino Unido, etc, embora não é visível, mas acaba por ser eficaz e eficiente pela natureza secreta das instituições da área da Defesa.

CONCLUSÃO

A relação entre poder marítimo e poder global constitui uma estratégia e necessária vinculação para tratar diversas questões em que intervém o direito internacional. Sobretudo pelo sentido de organização jurídica internacionalizada e a recepção de tratados e acordos internacionais que abrangem além de conflitos outros problemas como o caso da segurança nacional de um país com situação geográfica de ilhas, sendo neste caso Cabo Verde.

A geoestratégia e as modalidades de seu dimensionamento a partir de esquemas e modelos que vão se actualizando em dependência da prioridade dos fenómenos colocados em causa, constitui uma prioridade de suma importância para traçar a partir daquelas formas jurídicas cujas terminologias sejam aconselháveis desde um ponto de vista mais organizado, pelos quais deverão ser as condições e as leis que vigorem sobre bases legalmente idóneas.

Os principais crimes que transcorrem no Atlântico é a pirataria; tráfico de pessoas e tráfico de drogas, que podem estar vinculados ao terrorismo. Resultando uma necessidade imperiosa dar continuidade ao tratamento jurídico em cooperação internacional, tendo em vista que as possibilidades de uma maior segurança dependem dos planos estratégicos, cujas mudanças também deverão estar conforme uma realidade dinâmica em que se inserem as distintas partes da zona marítima identificadas e seu entorno mais próximo como de maior vulnerabilidade para estabelecer a sua segurança.

Os meios navais e aéreos formam parte indissolúvel da estratégia, qualquer que seja esta, para desenvolver os diferentes planos de acção, tendo em vista a mobilidade e rapidez para travar em tempo as manifestações de ilicitude que dêem indícios suficientes do desenvolvimento de acções que atentem contra a segurança interna e externa do Estado Cabo-verdiano ou sejam utilizadas como vias para atentar contra outros Estados desde que a própria preparação e deslocamento consiga interferir manobras que precisam de determinadas técnicas militares.

A presença das Forças Armadas cabo-verdianas na cooperação internacional resulta ser necessária, partindo de considerar que o domínio marítimo e aéreo de toda a zona que

compreende o território nacional em cada uma das ilhas, faz disso, um conhecimento exaustivo dos posicionamentos e pontos de controlo, além de patrulhar as costas para monitorar e ao próprio tempo estabelecer as necessidades de reforçar outros meios tecnológicos que precise o país.

O conceito estratégico de defesa e segurança nacional está interligado como instrumento que assume um desígnio integrador de princípios e fundamentos subordinados à política definida e executada pelo Governo. Como documento estratégico, com opções de acção estratégica que, por sua vez, vão condicionar a escolha dos meios necessários à efectiva aplicação de sua capacidade em segurança e defesa, numa simultânea agenda estratégica do Governo sobre uma «visão partilhada» do futuro para a Nação Cabo-Verdiana.

Cabo Verde tendo o Estatuto de membro observador do Centro de Análises e Operações Marítimas (MAOC), resultado do acordo multilateral entre a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, o Reino de Espanha, a República Italiana, a República Portuguesa, a República Francesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, sem descartar as suas relações no Bloco CPLP e CEDEAO na matéria de segurança e defesa, está numa posição de relevância e por enquanto deve estar de maneira constante em estudo de circunstâncias e condições que indiquem uma necessária e oportuna colaboração internacional em caso de existir condições que levem a situações de tomadas e decisões de emergência.

O enquadramento nacional cabo-verdiano apresenta uma série de estatísticas, cujas comparações entre diferentes períodos anuais, vão mostrando um importante indicador de tomadas de decisões dentro dos planos estratégicos concebidos e a suas formas de implementação. Especialmente, frente a possíveis imigrações clandestinas que constituem também um factor de atendimento por parte dos planos de defesa e segurança, e que implicam outros países vizinhos nos corredores do Atlântico.

Portanto, a conclusão alcançada neste estudo ao longo desta investigação é que o êxito da defesa e segurança de um Estado depende de múltiplos factores:

Factores políticos; económicos; sociais; ambientais e principalmente de ordem geográfico. Daí que Cabo Verde não tendo recursos naturais; materiais e financeiras que constituem indicadores viáveis para o sucesso da defesa e segurança no combate contra ilícitos e eventuais ameaças no Atlântico, face a complexidade dos acontecimentos na

arena internacional, e tendo em destaque o Atlântico que é aproveitada como Zona estratégica para as práticas de crimes e outros ilícitos, com uma política estável, democracia consolidada e boa governação permite auxiliar; cooperar e influenciar outros países no desafio da Defesa e Segurança do Atlântico.

Deste modo, verificamos que Cabo Verde deu enormes passos no campo jurídico, tocante à legislação marítima, assim, criando normativas e legislações que permitem regular o Sistema de Segurança Marítima e articular as autoridades marítimas nas suas opções das estratégias da Defesa e Segurança Nacional enquanto pequeno Estado e insular no Atlântico. Para isso, constatamos que Cabo Verde está acordado com as visões e os objectivos da defesa e segurança do Atlântico, que portanto, como hipótese ficou comprovado neste estudo que há uma aproximação do sistema estratégico de Cabo Verde na defesa e segurança do Atlântico.

Ademais, que através das estratégias internas/externas e da sua política da defesa e segurança nacional, é projectada também da mesma forma, as estratégias com impacto às projecções internacionais numa linha sincronizada com os objectivos da defesa e segurança do Atlântico contra crimes e ameaças, que justifica com celebrações de vários tratados e ratificações de inúmeras convenções de grande valorização e interesse na matéria da defesa colectiva entre vários países e organizações, e na sua agenda das relações internacionais que anseiam objectivos comuns na Zona do Atlântico enquanto zona estratégica e de grande prosperidade para o futuro, como podemos certificar este posicionamento de estratégia na figura anexada.

A hipótese verificada e que dá resposta aos questionamentos da investigação è que o **Sistema Estratégico Cabo-Verdiano aproxima-se ao Modelo da Defesa e Segurança do Atlântico**, em termos legislativos e em termos de objectivos comuns, sendo a importância do posicionamento estratégico de Cabo Verde no Atlântico médio e pertinente, de interesse internacional e nacional no combate contra actividades ilícitas; crimes organizados e outras formas de conflitos no corredor do Atlântico. Daí que a sua estabilidade política; boa governação, boa democracia, além de ser um Estado Seguro e consolidado a nível de direitos humanos, o seu contributo na manutenção da paz, segurança e defesa na Zona do Atlântico médio constitui uma valência de ordem jurídica internacional. Pelo que existe uma aproximação ao sistema estratégico

concebido, ainda em processo de consolidação pela carência de recursos financeiros necessários, efectivamente, para uma maior cobertura na matéria de defesa e segurança como foi provado conforme as intervenções dos entrevistados e também que acaba por justificar pelas horas de navegação que o Navio Patrulha Guardião e outros meios da Guarda Costeira fizeram ao longo das suas missões comparada com a extensão da nossa ZEE, que é aproximadamente 734.226km².

Portanto, segundo os entrevistados, ficou provado que Cabo Verde tem cooperado significativo na matéria da defesa e segurança com forças internacionais e países vizinhos no sentido de manter segura as suas zonas de soberania e jurisdição e não só também, tem trabalho muito na aperfeiçoamento da aplicabilidade da lei na pratica para reprimir os infractores, quer de forma individual, como também através de operações conjunta com forças Amigas.

Os objectivos traçados durante o trabalho investigativo foram cumpridos em sua totalidade, embora nestes tipos de investigações muitos dados são classificados, dificultando em parte o acesso a determinados esquemas estruturais que formam parte do sistema estratégico de defesa e segurança de um Estado.

RECOMENDAÇÕES

Ao Curso de Ciência Política e Relações Internacionais:

- Que se continuem a desenvolver projectos em matéria de defesa e segurança marítima, tendo em vista a importância e as possibilidades de que o país assine outros tratados com parceiros internacionais.
- Sendo um país precisado de obter mais meios e recursos para o tratamento específico deste fenómeno internacional, resulta necessário que se continuem a dar importância científica aos temas vinculados e a traçar coordenações entre as agências de autoridade marítima e defesa nacional para uma adequada selecção das prioridades de investigação.

Ao futuro leitores e analistas deste trabalho:

- Podemos reparar que Cabo Verde mesmo com vulnerabilidades financeiras, naturais e sobretudo a níveis materiais, equipamentos e meios navais e aéreas, tem conseguido participar em importantes Cooperações; Parcerias e principalmente na realização de acordos estratégicos sobre a paz; a defesa e segurança marítima no Atlântico, pelo que justifica com a sua participação em várias conferências e exercícios. É desta forma, que a partir deste trabalho de investigação científica, deixo recomendações que este estudo sobre (Defesa e Segurança do Atlântico “ Uma aproximação do Sistema Estratégico de Cabo Verde), tem as suas mutações e oscilações no tempo e no espaço, onde a verdade de hoje poderá não ser a do amanhã devido às situações que hão sempre verificando nas relações bilaterais entre o Estado de Cabo Verde com outros Estados, não só, como também nas suas relações regionais; multilaterais e mesmo a nível mundial face a complexidade do Sistema Global e dos acontecimentos que ocorrem nos palcos das relações internacionais e na comunidade internacional, como podemos citar os seguintes exemplos:

- O atentado de 11 de Setembro de 2001, que transformou o modelo da defesa e segurança de quase todos os Estados, principalmente no que diz respeito o conceito estratégico da defesa e segurança.
- Crise Financeira Internacional que começou a dar sinais no ano de 2007 que influenciou e muito no orçamento dos Estados; nos seus programas; nas suas estruturas da defesa e por fim, nas suas relações interagências no sector da Defesa e Segurança.

BIBLIOGRAFIA

1- Livros Consultados:

ALMEIDA, P.P. (Outubro-Dezembro de 2008). Políticas de Segurança: Visão de Futuro, Segurança e Defesa.

DOUGHERTY, J e PFALTZGRAFF, JR, R. (2003). Relações Internacionais: Teorias em confronto, 1ª Edição, Tradução Gradiva, Lisboa.

FERNANDES, L.F. (2005). As novas ameaças como instrumento de mutação do conceito de "segurança". In M. M. Valente, I colóquio de Segurança interna. Almedina.

MACHADO, J. (2006). Direito Internacional: Do Paradigma Clássico ao pós-11 de Setembro, 3ª Edição, pp 188-242, Coimbra.

MODELSKI and THONPSON, (1988). Sea power in global politics, 1494-1993, Seattle, university of Washington Press.

MOREIRA, A. (2004). Terrorismo. Coimbra: Almedina.

TEIXEIRA., & PIÇARRA, N. (2006, Julho). Relatório Preliminar "Estudo Para a Reforma do Modelo de Organização Do Sistema de Segurança Interna".

2- Conferências, Seminários e Artigos consultadas nas páginas do web:

A Encruzilhada da Defesa e Segurança no Atlântico Médio: Cabo Verde entre a “espada do Nato e a “Parede” da África. Odair B. B. Varela. [Em linha]. Disponível em<[http://www.academia.edu/4652827/A Encruzilhada da Defesa e Seguran%C3%A7a no Atl%C3%A2ntico M%C3%A9dio Cabo Verde entre a Espada da NATO e a Parede Africana](http://www.academia.edu/4652827/A_Encruzilhada_da_Defesa_e_Seguran%C3%A7a_no_Atl%C3%A2ntico_M%C3%A9dio_Cabo_Verde_entre_a_Espada_da_NATO_e_a_Parede_Africana)>. [Consultada 16 de Dezembro de 2014].

A geopolítica marítima nas relações internacionais, [Em linha]. Disponível em <[http://www.defesa.gov.cv/images/stories/9_-_Janurio_Nascimento_-_A_geopoltica martma nas relaes internacionais.pdf](http://www.defesa.gov.cv/images/stories/9_-_Janurio_Nascimento_-_A_geopoltica_martma_nas_relaes_internacionais.pdf)> [Consultada 04 de Junho 015].

A instalação de bases militares estrangeira, [Em linha].Disponível em<[http://www.defesa.gov.cv/images/stories/4_-_Gracinda_Fortes_-_A_instalao de bases militares estrangeiras.pdf](http://www.defesa.gov.cv/images/stories/4_-_Gracinda_Fortes_-_A_instalao_de_bases_militares_estrangeiras.pdf)> [Consultada 05 de Junho 2015].

A Instalação de Bases Militares Estrangeiras: “Entre a segurança compartilhada e o interesse nacional”. - Pela Dr.ª GRACINDA MARÍSIA DA CRUZ FORTES. [Em

linha]. Disponível em< <http://www.defesa.gov.cv/index.php/biblioteca/documentacao>>.
[Consultada em 04 de Fevereiro de 2015].

Agenda Estratégica do Ministério da Defesa Nacional 2006-2011. [Em linha]. Disponível

em<http://www.defesa.gov.cv/images/stories/Agenda_Estratgica_MDN_20062011.pdf?phpMyAdmin=digZAi3C2LAmmDu3lOihYcPdya5>.[Consultada em 04 de Junho de 2015].

Aspectos Jurídicos sobre a Repressão do Trafico de Drogas Ilícitas Pela Via Marítima –Cabo Verde, Emersom Lubrano, Tese de Mestrado, 2015, [Em linha]. Disponível em<<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3641/1/Lubrano%202014.%20Aspectos%20jur%C3%ADdicos%20sobre%20a%20repress%C3%A3o.pdf>> [Consultado em 05 de Junho 2015].

B. A GNR e A Segurança Interna. [Em linha]. Disponível em<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=91>>. [Consultado em 03 de Junho 2014].

Colóquio Internacionais, [Em linha]. Disponível em<http://www.defesa.gov.cv/images/stories/6_Colquio_Internacional_Antnio_Incio.pdf?phpMyAdmin=digZAi3C2LAmmDu3lOihYcPdya5> [consultada 05 Junho 2015].

Colóquio Internacional sobre as Relações de Cooperação entre Cabo Verde, Portugal e a Europa, em matéria de Segurança, Praia. [Em linha]. Disponível em<http://www.defesa.gov.cv/images/stories/4_-_Colquio_Internacional_Coronel_Antero_Matos.pdf?phpMyAdmin=digZAi3C2LAmmDu3lOihYcPdya5>.[Consultada em 04 de Junho de 2015].

Colóquio Internacional sobre as relações de cooperação entre Cabo Verde, Portugal e a Europa, em matéria de segurança. INTERVENÇÃO DO TENENTE-GENERAL GARCIA LEANDRO. DIRECTOR DO INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL DE PORTUGAL. [Em linha]. Disponível em<<http://www.defesa.gov.cv/index.php/biblioteca/documentacao>>.[Consultada em 04 de Junho de 2015].

Colóquio Internacional sobre as relações de cooperação entre Cabo Verde, Portugal e a Europa, em matéria de segurança. TEMA: FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA NACIONAL NOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES CONFERENCISTA: CORONEL ANTERO MATOS, CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. [Em linha]. Disponível em<

<http://www.defesa.gov.cv/index.php/biblioteca/documentacao>>.[Consultada em 04 de Março de 2015].

Colóquio Internacional sobre as Relações de Cooperação entre Cabo Verde, Portugal e a Europa, em matéria de Segurança. TEMA: A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, SUA RELEVÂNCIA NA DEFESA E SEGURANÇA
CONFERENCISTA: DR. ANTÓNIO ANDRÉ INÁCIO *INSPECTOR DA POLÍCIA JUDICIÁRIA DE PORTUGAL*. [Em linha]. Disponível em<<http://www.defesa.gov.cv/index.php/biblioteca/documentacao>>.[Consultada em 04 de Junho de 2015].

Colóquio Internacional sobre as Relações de Cooperação entre Cabo Verde, Portugal e a Europa, em matéria de Segurança. TEMA: A IDENTIDADE NACIONAL CABO VERDE NO ESPAÇO DA COMUNIDADE LUSÓFONA.
CONFERENCISTA: DR. DANIEL ANTÓNIO PEREIRA, *HISTORIADOR E DIPLOMATA*. [Em linha]. Disponível em<<http://www.defesa.gov.cv/index.php/biblioteca/documentacao>>.[Consultada em 04 de Março de 2015].

Conferência Internacional “Problemática da Defesa e Segurança dos Pequenos Estados”. [Em linha]. Disponível em<[http://www.prime.cv/min_defesa/images/stories/1 - Conferencia Internacional - Boas-vindas - Tenente-Coronel Antnio Tavares.pdf](http://www.prime.cv/min_defesa/images/stories/1_-_Conferencia_Internacional_-_Boas-vindas_-_Tenente-Coronel_Antnio_Tavares.pdf)>.[Consultada em 04 de Junho de 2015].

Conferência Internacional sobre a problemática da defesa e segurança dos Pequenos Estados. INTERVENÇÃO DE ABERTURA DE S.E. O PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO VERDE. - DR. JOSÉ MARIA NEVES. [Em linha]. Disponível em<<http://www.defesa.gov.cv/index.php/biblioteca/documentacao>>.[Consultada em 04 de Junho de 2015].

Conferência Internacional sobre a problemática da defesa e segurança dos Pequenos Estados. [Em linha]. Disponível em<[http://www.defesa.gov.cv/images/stories/3 - Conferencia Internacional - Cristina Fontes Lima.pdf?phpMyAdmin=digZAi3C2LammDu3lOihYcPdya5](http://www.defesa.gov.cv/images/stories/3_-_Conferencia_Internacional_-_Cristina_Fontes_Lima.pdf?phpMyAdmin=digZAi3C2LammDu3lOihYcPdya5)>.[Consultada em 04 de Junho de 2015].

Conferência proferida no Fórum Roosevelt.”Um Sistema de Segurança Para a Totalidade do Ocidente Geográfico” GENERAL JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS. [Em linha]. Disponível

em<http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=326>_. [Consultada em 07 de Janeiro de 2015].

[http://www.academia.edu/4652827/A_Encruzilhada da Defesa e Seguran%C3%A7a no Atl%C3%A2ntico M%C3%A9dio Cabo Verde entre a Espada da NATO e a Parede Africana](http://www.academia.edu/4652827/A_Encruzilhada_da_Defesa_e_Seguran%C3%A7a_no_Atl%C3%A2ntico_M%C3%A9dio_Cabo_Verde_entre_a_Espada_da_NATO_e_a_Parede_Africana)

Relatório Final do Grupo Intergovernamental de Acção Contra Branqueamento de Capitais, [Em linha]. Disponível em<http://web.giaba.org/media/f/836_6th%20FUR%20Cape%20Verde%20-%20Portuguese.pdf>. [Consultada: 03 de Junho 2015].

Seminário “Segurança Marítima em África” (2010), Dar es Salaam - Tanzânia [Em linha]. Disponível e http://www.defesa.gov.cv/images/stories/Intervencao_da_MDN_-_Dar-es_Salam.pdf?phpMyAdmin=digZAI3C2LammDu3lOihYcPdya5 [Consultada 4 de Junho 2015].

Seminário sobre Segurança Nacional e Autoridade Marítima. [Em linha]. Disponível em <http://www.defesa.gov.cv/images/stories/Relatorio_Final_Seminario_Seguranca_Nacional_e_Autoridade_Maritima.pdf?phpMyAdmin=digZAI3C2LammDu3lOihYcPdya5> [Consultada em 04 de Junho de 2015].

3- Revista consultada:

Jornal da Economia do Mar, “Política e Estratégia”, Edição Nº 3, Cascais, Portugal, Outubro 2014.

Jornal da Economia do Mar, “Futuro de Cabo Verde é Afirmar-se como o Centro marítimo do Atlântico- José Maria Neves” Edição Nº 0, Cascais, Portugal, Outubro 2014.

Revista da Armada, “A Marinha no Exercício Real Thaw 14”, Publicação Oficial da Marinha /Nº 484/ ANO XLIII, Junho 2014.

Revista da Armada, “Dia da Marinha”, Publicação Oficial da Marinha /Nº 486/ ANO XLIII, Junho 2014.

Revista da Armada, “Plataforma Continental”, Publicação da Marinha- Nº 480- ANO XLIII, Dezembro 2013.

Revista das Forças Armadas de Cabo Verde, “Comissionamento do Navio N/P “Guardião” ao Comando da Guarda Costeira” ANO I- nº 1 de Março 2012.

4- Diplomas apoiadas:

Afrobarometer. (2008). A Qualidade da Democracia e da Governação em Cabo Verde. Praia.

Agenda Estratégica do Ministério da Defesa Nacional para o Quinquénio 2006/2011.

As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, aprovado em Conselho de Ministros em 19 de Abril de 2005.

Código Marítimo de Cabo Verde. I SÉRIE — NO 44 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — Decreto-Legislativo n.º 14/2010: Conselho de Ministros 15 de Novembro de 2010.

Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional. Aprovado pela Resolução n.º 5/2011 de 17 de Janeiro e publicado no Boletim Oficial I Série Número 3 de 17 de Janeiro de 2011.

Constituição da República de Cabo Verde. (2010). 2.º Revisão Ordinária, 4.º Edição, Assembleia Nacional, Praia.

Estatutos dos Militares da República de Cabo Verde. Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de Novembro.

INE. (2013). *Estratégia de Harmonização de Estatísticas em África - Governança, Paz e Segurança* (SHaSA – GPS).

Lei Orgânica do Governo. Decreto-lei n.º 33/2008. (s.d.).

MAI. (2008). Proposta de Agenda Estratégica Para a Segurança Interna Horizonte

Programa do Governo - 206 N.º 13- BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE- 18 DE MARÇO DE 1992, Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, 6 de Março de 1992.

Programa do Governo VIII Legislatura 2011-2016. Publicado no Boletim Oficial N.º 20, I SÉRIE, Suplemento, República de Cabo Verde, 14 de Junho de 2011.

República Portuguesa, D. (29 de Agosto de 2007). Lei 53/2007. Lei de Segurança Interna.

Temporal: 2008 a 2011(15).

UNODC. (2005). Strategic Programme Framework Cape Verde 2005 - 2007.

UNODC/CCCD. (2006). Inquérito sobre Crime e Corrupção em Cabo Verde. Praia.

UNODC/CCCD. (2007). Estudo sobre a Criminalidade em Cabo Verde Vol. I. Praia.

UNODC/CCCD. (2007).Estudo sobre a Criminalidade em Cabo Verde: Análise dos Dados do Inquérito à Polícia VOLII. ONU, Nações Unidas Escritório contra Drogas e Crime e Ministério da Justiça Comissão de Coordenação de Combate à Droga, PRAIA.

5- Páginas da internet:

www.governo.cv/

www.defesa.gov.cv/

www.mai.gov.cv/

www.enapor.cv/documentos

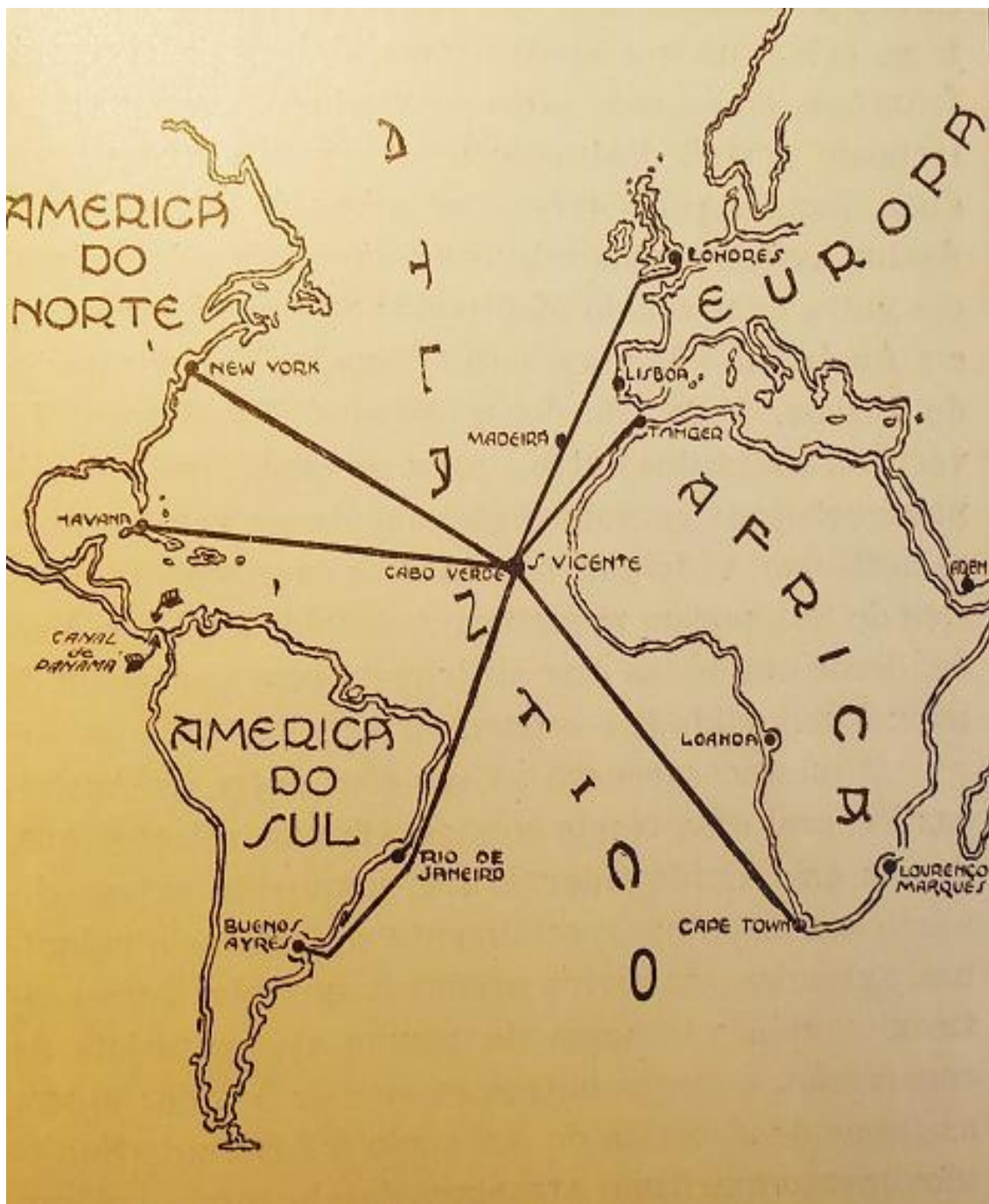
<http://www.afrobarometer.org/fr/>

www.panapress.com

www.google.cv

ANEXOS

1. Cabo Verde e as Rotas Marítimas no Corredor do Atlântico



2. Convenções que Cabo Verde ratificou na matéria sobre Droga e Crime

Convenções sobre a Droga e Crime	Situação	Ano
Convenção sobre Narcóticos de 1961		
Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971		
Convenção contra o Tráfico Ilícito de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas, de 1988		
Convenção de Palermo sobre a criminalidade transnacional organizada de 2000		
Protocolos sobre Tráfico de Seres Humanos e Contrabando de Pessoas (CTO, 2000)		
Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003		2007
Convenção sobre infracções cometidas a bordo de Aeronaves (1963)	ratificada	Outubro de 1989
Convenção sobre a apreensão ilegal de Aeronaves (1970)	ratificada	Outubro de 1997
Convenção para a Segurança da Aviação Civil (1971)		Outubro de 1997
Convenção sobre Pessoas Internacionalmente Protegidas, incluindo Agentes Diplomáticos (1973)	ratificada	Setembro de 2002
Convenção contra a tomada de Reféns (1979)	ratificada	Setembro de 2002
Convenção sobre Material Nuclear (1980)	ratificada	Fevereiro de 2007
Protocolo para aeroportos que servem a Aviação Civil (1988)	ratificada	Setembro de 2002
Convenção para a Segurança da Navegação Marítima (1988)	ratificada	Janeiro de 2003
Protocolo para a segurança de plataformas fixas localizadas na Plataforma Continental (1988)	ratificada	Janeiro de 2003
Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos (1991)	ratificada	Maio de 2002
Convenção sobre atentados terroristas (1997)	ratificada	Maio de 2002
Convenção sobre o financiamento do terrorismo (1999)	ratificada	Maio de 2002

Fonte - Elaborado pelo GIABA, em 2013

3. A Estrutura da Guarda Nacional e da Guarda Costeira

Os artigos 4º e 5º da (Estrutura e Organização das Forças Armadas de Cabo Verde), a Guarda Nacional e a Guarda Costeira são dois Componentes que actuam na luta contra actividades ilícitas na defesa e segurança do País.

Artigo 4º- Guarda Nacional

1. A Guarda Nacional está organizada territorialmente e constitui a principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna, de acordo com as suas missões específicas.

2. A estrutura da Guarda Nacional compreende:

- a) O corpo de polícia militar;
- b) O corpo de fuzileiros navais;
- c) O corpo de artilharia;
- d) As unidades de apoio.

3. Constituem missões da Guarda Nacional:

- a) Assegurar a defesa militar do país;
- b) Executar, no seu âmbito, a declaração do estado de sítio ou de emergência;
- c) Prevenir e combater o terrorismo e garantir a segurança dos órgãos de soberania e de outros objectivos estratégicos;
- d) Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas, na segurança de pessoas e bens e na prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e as outras formas de criminalidade organizada;
- e) Participar no sistema nacional de protecção civil;
- f) Cumprir missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos;

- g) Colaborar em tarefas relacionadas com a protecção do meio ambiente, a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações;
- h) Desempenhar outras missões de interesse público que especificamente lhes forem consignadas.

Artigo 5º - Guarda Costeira:

1. A Guarda Costeira é a componente das Forças Armadas destinada à defesa e protecção dos interesses económicos do país no mar sob jurisdição nacional e a o apoio aéreo e naval às operações terrestres e anfíbias, de acordo com as suas missões específicas.

2. A estrutura da Guarda Costeira compreende:

- a) As forças e os meios navais;
- b) As forças e os meios aéreos;
- c) As forças e os meios em terra.

3. Constituem missões da Guarda Costeira:

- a) Assegurar a defesa militar do país e o apoio aéreo e naval ao cumprimento das demais missões das Forças Armadas;
- b) Executar no seu âmbito, a declaração do estado de sítio ou de emergência;
- c) Patrulhar o espaço aéreo e marítimo sob jurisdição nacional, incluindo a zona económica exclusiva, podendo empreender a perseguição, a abordagem e o apresamento de navios e embarcações em actividades ilícitas, designadamente fraudes e infracções fiscais aduaneiras, pesca ilegal e poluição marítima;
- d) Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas, no combate à imigração clandestina, bem como na prevenção e repressão do tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e de outras formas de criminalidade organizada;
- e) Garantir a salvaguarda da vida humana no mar e coordenar e executar as operações de busca e salvamento, sem prejuízo das competências atribuídas a outras instituições;
- f) Exercer as demais funções de autoridade marítima atribuídas por lei;
- g) Participar no sistema nacional de protecção civil;

- h) Cumprir missões de fiscalização, controlo e repressão de actividades ilícitas no mar, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos;
- i) Colaborar em tarefas relacionadas com a protecção do meio ambiente, a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações;
- j) Desempenhar outras missões de interesse público que especificamente lhes forem consignadas.

Ver Fonte de publicação: 568 I SÉRIE — NO 31 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 20 DE AGOSTO DE 2007.

4. Programa do Governo VIII Legislatura:

Programa do Governo VIII Legislatura, (2011), “Uma política externa para afirmar mais Cabo Verde no mundo ao serviço da Agenda de Transformação” seria portanto, dar continuidade a medidas que visem:

- Reforçar a nossa diplomacia na defesa dos nossos interesses como Nação Global e na promoção da paz e da segurança para todos;
- Apoiar a consolidação do multilateralismo e o debate internacional sobre as questões importantes para Cabo Verde pela via da nossa participação assídua nas Nações Unidas e na União Africana e o envolvimento em outras organizações internacionais e regionais;
- Aprofundar a integração regional de Cabo Verde, nomeadamente na CEDEAO, na CPLP e na Macaronésia;
- Continuar a desenvolver as parcerias, especiais e estratégicas e, em particular, as parcerias com a União Europeia, as RUP e os PALOP;
- Alargar a cooperação existente nos domínios da defesa e da segurança cooperativa com outros parceiros, particularmente, nos domínios da vigilância marítima, do combate aos tráficos ilícitos e na prevenção de outras ameaças;

- Contribuir para o reforço da codificação do Direito Internacional, particularmente no domínio dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, de temas sociais, da justiça penal, do desarmamento e da não proliferação, da Democracia e da Boa Governação, assim como em outros domínios de interesse político, económico e social;
- Promover, nesse quadro, prioritariamente, uma diplomacia económica para o desenvolvimento, mobilizadora de recursos, através, por um lado, da ajuda pública e de fluxos concessionais e, por outro, de parcerias visando o investimento directo estrangeiro, o acesso a mercados, pela via de acordos comerciais, e outros instrumentos de facilitação nesse âmbito como os acordos de Dupla Tributação e de Protecção dos investimentos;
- Participar nos esforços internacionais de regulação ambiental e de cooperação no âmbito das mudanças climáticas, assim como de aproveitamento dos financiamentos nesse domínio;
- Usar a nossa diplomacia para assegurar uma maior integração e participação das nossas comunidades emigradas e, por outro lado, para atender aos desafios para a nossa política externa que resultem da implementação de uma política nacional para a Imigração;
- Fazer da diplomacia cultural um instrumento de projecção de Cabo Verde no Mundo, através do desenvolvimento de parcerias no domínio das economias criativas, de realização de intercâmbios culturais e como factor de consolidação da participação das nossas comunidades emigrantes na vida nacional;
- Reajustar e prosseguir na via da modernização da rede das nossas representações diplomáticas e consulares para responderem às prioridades da política externa e, em particular, reforçá-las com as funções de promoção económica;
- Garantir maior articulação no exercício da nossa diplomacia, através do funcionamento efectivo do Conselho Nacional da Política Externa.

5. Carta das Nações Unidas

Segundo o Preâmbulo da ONU, ano 1945, *“Nós os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E para tais fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso económico e social de todos os povos. Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objectivos. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas”*.

6. Acordos e Tratados assinados por Cabo Verde.

6.1. Acordo entre a República de Cabo Verde e o Reino de Espanha sobre vigilância conjunta dos espaços marítimos sob a soberania e jurisdição de Cabo Verde.

É aprovado, para ratificação, o Acordo entre a República de Cabo Verde e o Reino de Espanha sobre Vigilância Conjunta dos Espaços Marítimos sob a Soberania e Jurisdição de Cabo Verde, assinado na Cidade da Praia, em 21 de Fevereiro de 2008, cuja Resolução nº 74/VII/2008 de 14 de Julho, tendo presente a existência de um dever de cooperação dos Estados na luta contra as diversas formas de criminalidade organizada contempladas em diversas resoluções das Nações Unidas e Convenções internacionais, daí que, o papel activo da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Exteriores dos Estado membros da União Europeia (FRONTEX), em coordenação e cooperação operativa entre os Estados membros da União Europeia e também com países terceiros, no âmbito do controlo e vigilância da fronteira, para combater a emigração ilegal, assim como de outros organismos internacionais designados para o combate do crime organizado que se realiza nos espaços marítimos, especificamente, o tráfico de droga, de armas e de pessoas. Fica assente, no Memorando de Entendimento (MOU) entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo do Reino de Espanha sobre vigilância conjunta dos espaços marítimos sob jurisdição e soberania de Cabo Verde feito em Madrid a 7 de Março de 2007; Tendo em consideração o Protocolo de Cooperação entre os Ministérios de Defesa de ambos países, datada de 1 de Março de 2006, e o Acordo Técnico sobre cooperação e apoio mútuo entre os serviços de Busca e Salvamento Aéreo (SAR), de 18 de Fevereiro de 2000; E tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), de 10 de Dezembro de 1982 e o Protocolo de Palermo contra o tráfico ilícito de emigrantes por terra, ar e mar, adicionado com a Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade transnacional organizada de 15 de Novembro de 2000 e a Convenção Internacional para a Segurança da Vida Humana no Mar (SOLAS), de 1 de Novembro de 1974, na linha do Convénio Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo (SAR) de 27 de Abril de 1979.

Acordam no seguinte:

Artigo 1- **Objecto**

O presente Acordo estabelece as condições para a vigilância e patrulha conjunta dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição da Parte cabo-verdiana, tendo em conta o respeito pelo direito internacional.

Artigo 2- Respeito às leis e regulamentos da República de Cabo Verde.

A Parte espanhola compromete-se a respeitar as leis e regulamentos da República de Cabo Verde durante as acções objecto deste Acordo, nomeadamente, aqueles que em matéria ambiental, sejam aplicáveis.

6.2. Memorando de entendimento entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Segundo este Memorando, o Governo da República de Cabo Verde e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, adiante designados “Os Participantes” Tendo em Consideração a natureza complexa do problema do tráfico ilícito de drogas por via marítima que constitui uma grave ameaça a autoridade do Estado e a segurança dos espaços marítimos sob jurisdição de Cabo Verde, assim como para a segurança internacional.

Os Participantes chegaram ao seguinte entendimento segundo o referido Memorando que foi Aprovada em 29 de Janeiro de 2010, e Publicado pelo Presidente da Assembleia Nacional, Aristides Raimundo Lima.

I – OBJECTO.

O presente Memorando de Entendimento estabelece condições para a realização de operações de vigilância e patrulha conjunta e de embarque de Destacamentos das Forças de Autoridades Cabo-verdianas (CV LEDET), constituídos por pessoal da Guarda Costeira de Cabo Verde e Polícia Judiciária (CVCG e CVPJ), em quaisquer navios da *Royal Navy* (RN) e *Royal Fleet Auxiliary* (RFA) em operações de combate ao narcotráfico em águas internacionais do Oceano Atlântico e espaços marítimos sob soberania e jurisdição da República de Cabo Verde.

Os Participantes manterão uma ligação estreita com o *Maritime Analysis and Operations Centre Narcotics* (MAOC-N), sediado em Lisboa, Portugal e com outras organizações quando apropriado.

O Centro de Análise e Controlo das Operações (MAOC), fornece uma base para o compromisso das Partes na operação material no domínio da supressão do tráfico ilícito de estupefacientes por mar e por ar, através do Atlântico com destino à Europa e costa marítima da África Ocidental, com a possibilidade de alargar as suas operações, entre alia, à bacia do Mediterrâneo Ocidental.

6.3. Tratado entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa no domínio da fiscalização conjunta de espaços marítimos sob soberania ou jurisdição da República de Cabo Verde.

É aprovado, para ratificação, o Tratado entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa no domínio da fiscalização conjunta de espaços marítimos sob soberania ou jurisdição da República de Cabo Verde, assinado na Cidade do Mindelo em 16 de Setembro de 2006, que também, na mesma linha que outros tratados, tendo em consideração o papel activo da FRONTEX nos domínios do controlo e vigilância da fronteira e combate à imigração ilegal, assim levando em conta a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e as normas consuetudinárias no domínio do Direito do Mar, os dois Estados reafirmam a existência de um interesse recíproco em reforçar os laços de cooperação e uma convicção de que a cooperação entre eles em matéria de combate a determinados tipos de ilícito favorece a paz e a segurança na região. Portanto, acordam no seguinte:

Artigo 1.º- Objecto

O presente Tratado estabelece as bases do patrulhamento conjunto dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição da Parte Cabo-Verdiana, podendo incidir sobre qualquer tipo de ilícito, num quadro de respeito pelo Direito Internacional e pelo Direito Interno de ambas as Partes.

Artigo 2º- Modalidades

1. As acções de fiscalização conjunta dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição da Parte Cabo-Verdiana podem assumir as seguintes modalidades:

a) Fiscalização com embarcações das duas Partes;

7. Dados Estatísticos das Missões dos Navios da Guarda Costeira.

7.1. Navio Patrulha Vigilante - ano 2011

N.º	Missões	TIPO DE EXERCÍCIO	Dia	Mês / Ano	PORTO – ATD Chegada	PORTO – ATA Partida	Horas de Navegação.
1	Procurar pescado e J d Évora	Teste Mar	18	Abr-11	P grande	P Grande	02:45
2	Procurar pescado J d Évora	Teste Mar	22	Abr-11	P grande	P grande	01:19
3	Procurar pescado J d Évora	Teste Mar	20	Abr-11	P Grande	P grande	01:00
4	Presidente da República	Transporte	20	Mai-11	P grande	P novo	01:00
5	Regresso	Transporte	20	Mai-11	P novo	P grande	00:52
6		Transporte	22	Mai-11	P grande	P novo	00:44
7	Presidente da República	Transporte	22	Mai-11	P novo	P grande	00:45
8		Patrulha	8	Jun-11	P grande	P grande	08:05
9		Patrulha	13	Jun-11	P grande	P grande	09:20
10		Patrulha	14	Jun-11		P grande	06:00
11		Patrulha	15	Jun-11	P grande	P da praia	08:00
12		Patrulha	16	Jun-11	P da praia	Navegar	06:00
		Patrulha	17	Jun-11	Navegar	P Grande	07:30
13	Transporte e Patrulha	Patrulha	22	Jun-11	P grande	Navegar	05:00
14		Patrulha	23	Jun-11	Navegar	P da palmeira	07:00
15		Patrulha	24	Jun-11	P da palmeira	Navegar	09:54
16		Patrulha	25	Jun-11	Navegar	P da praia	07:00
17		Patrulha	27	Jun-11	P da praia	Navegar	07:00
18		Patrulha	28	Jun-11	Navegar	Navegar	23:59
19		Patrulha	29	Jun-11	Navegar	P grande	08:00
20		Transporte	11	Jul-11	P Grande	Tarrafal	04:40
21		Transporte	11	Jul-11	Tarrafal	Navegar	04:45
22		Patrulha	12	Jul-11	Navegar	Navegar	08:00
23		Patrulha	14	Jul-11	Porto da praia	Navegar	16:00
24		Patrulha	15	Jul-11	Navegar	Navegar	16:00
25		Patrulha	16	Jul-11	Navegar	Navegar	23:59
26		Patrulha	17	Jul-11	Navegar	Navegar	17:50
27		Patrulha	18	Jul-11	P da palmeira	Navegar	14:00
28		Patrulha	19	Jul-11	Navegar	Navegar	23:59
		Patrulha	20	Jul-11	Praia	Porto Inglês	04:00
29		Patrulha	20	Jul-11	P. Inglês	Porto praia	02:20
30		Patrulha	21	Jul-11	Navegar	Navegar	09:59
31		Patrulha	22	Jul-11	Navegar	P da praia	08:00
32		Transporte	28	Jul-11	P da praia	Sal rei	09:25
33		Transporte	28	Jul-11	Sal rei	Porto da palmeira	06:00
34		Transporte	28	Jul-11	Palmeira	Navegar	00:59
35		Transporte	29	Jul-11	Navegar	Tarrafal	09:31
36		Transporte	29	Jul-11	Tarrafal	Porto Novo	05:30
37		Transporte	29	Jul-11	P novo	P Grande	00:50

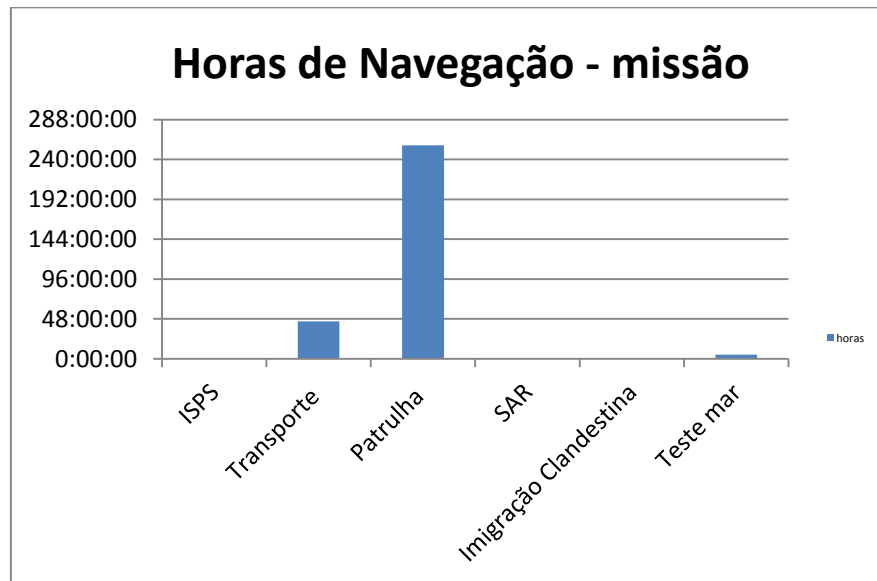
Fonte: Arquivo Militar

Vigilante -2011

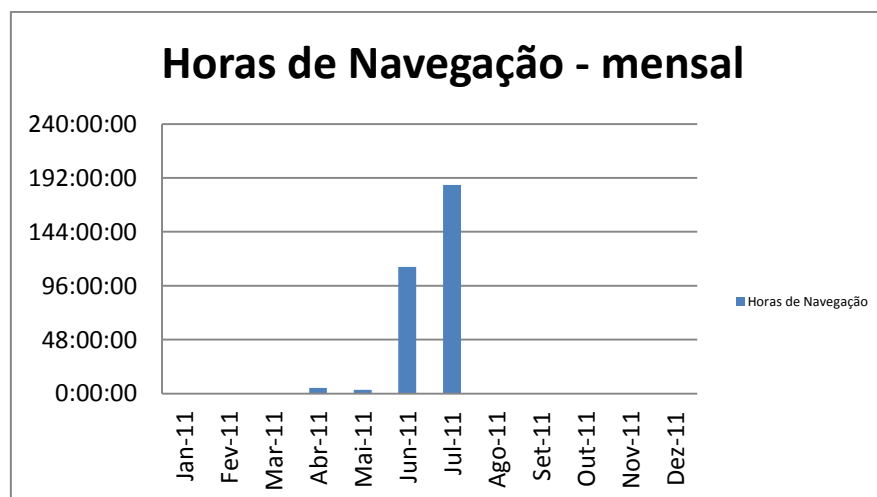
Missão	horas
ISPS	0:00:00
Transporte	45:01:00
Patrulha	256:56:58
SAR	0:00:00
Imigração Clandestina	0:00:00
Teste mar	5:04:00
Total	307:01:58

Fonte: Arquivo Militar

Vigilante -2011



Fonte: Arquivo Militar



Fonte: Arquivo Militar

8. Participação do Guardião no Exercício “Saharan Express” - 2012

Missão	Descrição	Dia	Ano	ATD – Partida	ATA -Chegada	Horas de Navegação
Saharan Express	Exercícios	20	Abr-12	Porto Grande	Navegar	06:00
Saharan Express	Exercícios	21	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	21	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	22	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	22	Abr-12	Navegar	Dakar	05:45
Saharan Express	Exercícios	25	Abr-12	Dakar	Navegar	06:00
Saharan Express	Exercícios	26	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	26	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	27	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	27	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	28	Abr-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	28	Abr-12	Navegar	Dakar	12:00
Saharan Express	Exercícios	1	Mai-12	Dakar	Navegar	07:00
Saharan Express	Exercícios	2	Mai-12	Navegar	Dakar	02:00
Saharan Express	Exercícios	2	Mai-12	Dakar	Navegar	08:00
Saharan Express	Exercícios	3	Mai-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	3	Mai-12	Navegar	Navegar	12:00
Saharan Express	Exercícios	4	Mai-12	Navegar	Porto Grande	08:00

Fonte: Arquivo Militar

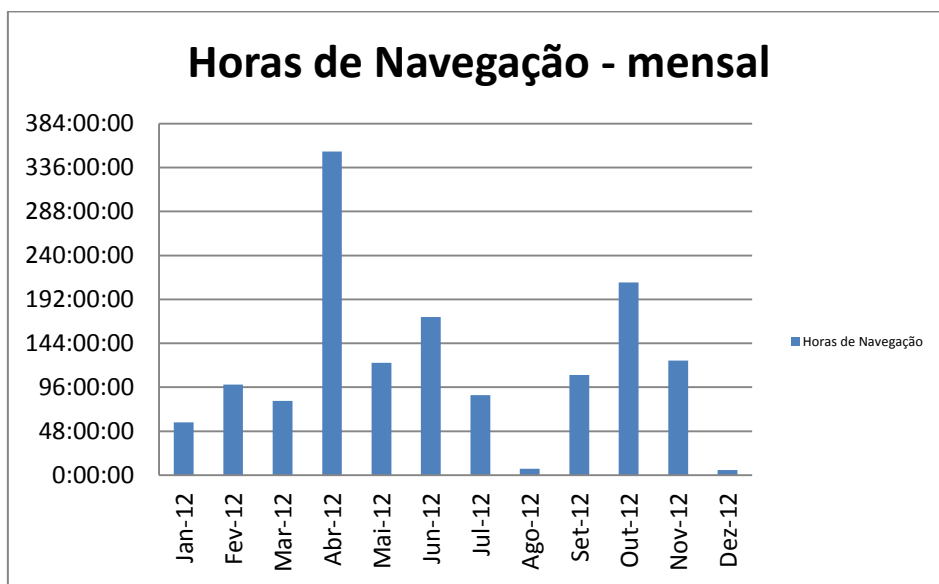
Horas de navegação por missões do N/P “Guardião” no Ano de 2012 durante as suas missões de Fiscalização, exercícios, transporte, Busca e Salvamento (SAR), Viagem para entrega, imigração clandestina que foi confiado pelo Estado de Cabo Verde.

Guardião 2011-2012

Missão	horas
Transporte	99:26:00
Fiscalização	1074:03:59
SAR	0:00:00
viagem para entrega 2012	24:37:00
Imigração Clandestina	0:00:00
Exercícios	233:30:00
Total	1431:36:59
viagem para entrega 2011	243:15:00
TOTAL	1674:51:59

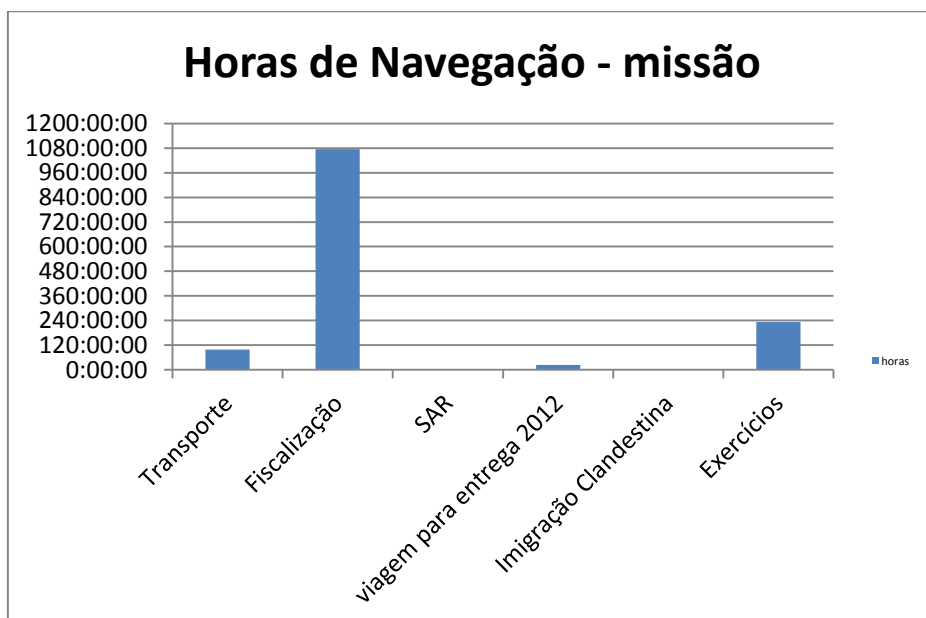
Fonte: Arquivo Militar

Horas navegação mensal do N/P “Guardião” no Ano de 2012 durante as suas missões de Fiscalização, exercícios e outras missões que é confiado pelo Estado de Cabo Verde.



Fonte: Arquivo Militar

Horas de navegação por missões do N/P “Guardião” no Ano de 2012 durante as suas missões de Fiscalização, exercícios, transporte, Busca e Salvamento (SAR), Viagem para entrega, imigração clandestina que foi confiado pelo Estado de Cabo Verde.



Fonte: Arquivo Militar

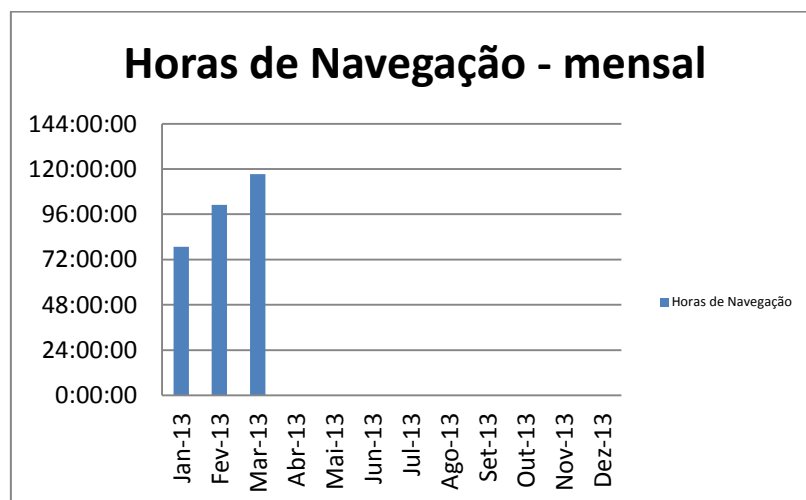
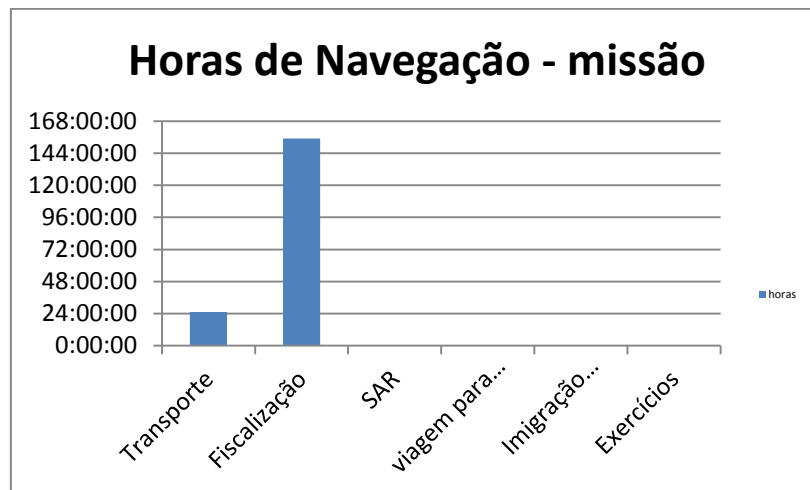
9. Missões do Navio Patrulha Guardião de Janeiro a Março - 2013

N.º	Missões	Descrição	Dia	Mês / Ano	PORTO ATD	PORTO ATA	Horas de Navegação
1	TREINO	Transporte	1	Jan-13	PORTO GRANDE	PORTOGRANDE	01:30
2	EVACUAÇÃO MEDICA	Transporte	7	Jan-13	PORTO GRANDE	PORTO NOVO	00:58
3	EVACUAÇÃO MEDICA	Transporte	7	Jan-13	PORTO NOVO	PORTO GRANDE	00:50
4	TRANSPORTE	Transporte	15	Jan-13	PORTO GRANDE	NAVEGAR	04:00
5	TRANSPORTE	Transporte	16	Jan-13	NAVEGAR	PRAIA	08:30
6	FISCALIZAÇÃO	Fiscalização	20	Jan-13	PRAIA	NAVEGAR	12:00
7	FISCALIZAÇÃO	Fiscalização	20	Jan-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
8	FISCALIZAÇÃO	Fiscalização	21	Jan-13	NAVEGAR	PORTO GRANDE	08:00
9	BAPATHE	Fiscalização	30	Jan-13	PORTO GRANDE	NAVAGAR	07:00
10	BAPATHE	Fiscalização	31	Jan-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
11	BAPATHE	Fiscalização	31	Jan-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
12	BAPATHE	Fiscalização	1	Fev-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
	BAPATHE	Fiscalização	1	Fev-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
13	BAPATHE	Fiscalização	2	Fev-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
14	BAPATHE	Fiscalização	2	Fev-13	NAVEGAR	NAVAGAR	12:00
15	BAPATHE	Fiscalização	3	Fev-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
16	BAPATHE	Fiscalização	3	Fev-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
17	BAPATHE	Fiscalização	4	Fev-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
18	BAPATHE	Fiscalização	4	Fev-13	NAVEGAR	PORTO GRANDE	08:00
19	TRANSPORTE	Transporte	13	Fev-13	PORTO GRANDE	PORTO NOVO	00:40
20	TRANSPORTE	Transporte	13	Fev-13	PORTO NOVO	MTRIGO	01:30
21	TRANSPORTE	Transporte	13	Fev-13	MTRIGO	NAVEGAR	04:36
22	TRANSPORTE	Transporte	13	Fev-13	TARARFAL	PORTO NOVO	02:10
23	TRANSPORTE	Transporte	13	Fev. 13	PORTO NOVO	PORTO GRANDE	00:30
24	Saharan Express	Exercicios	5	Mar-13	PORTO GRANDE	NAVEGAR	11:30
25	Saharan Express	Exercicios	5	Mar-13	NAVEGAR	NAVEGAR	12:00
26	Saharan Express	Exercicios	6	Mar-13	NAVEGAR	DAKAR	15:00
27	Saharan Express	Exercicios	10	Mar-13	DAKAR	NAVEGAR	19:00
28	Saharan Express	Exercicios	11	Mar-13	NAVEGAR	NAVEGAR	23:59
29	Saharan Express	Exercicios	12	Mar-13	NAVEGAR	DAKAR	19:51
29	Saharan Express	Exercicios	15	Mar-13	DAKAR	NAVEGAR	16:00
30	Saharan Express	Exercicios	16	Mar-13	NAVEGAR		00:00

Fonte: Arquivo Militar

Guardião- 2013

Missão	horas
Transporte	25:14:00
Fiscalização	155:00:00
SAR	0:00:00
Viagem para entrega 2012	0:00:00
Imigração Clandestina	0:00:00
Exercícios	0:00:00
Total	180:14:00
	0:00:00
TOTAL	180:14:00



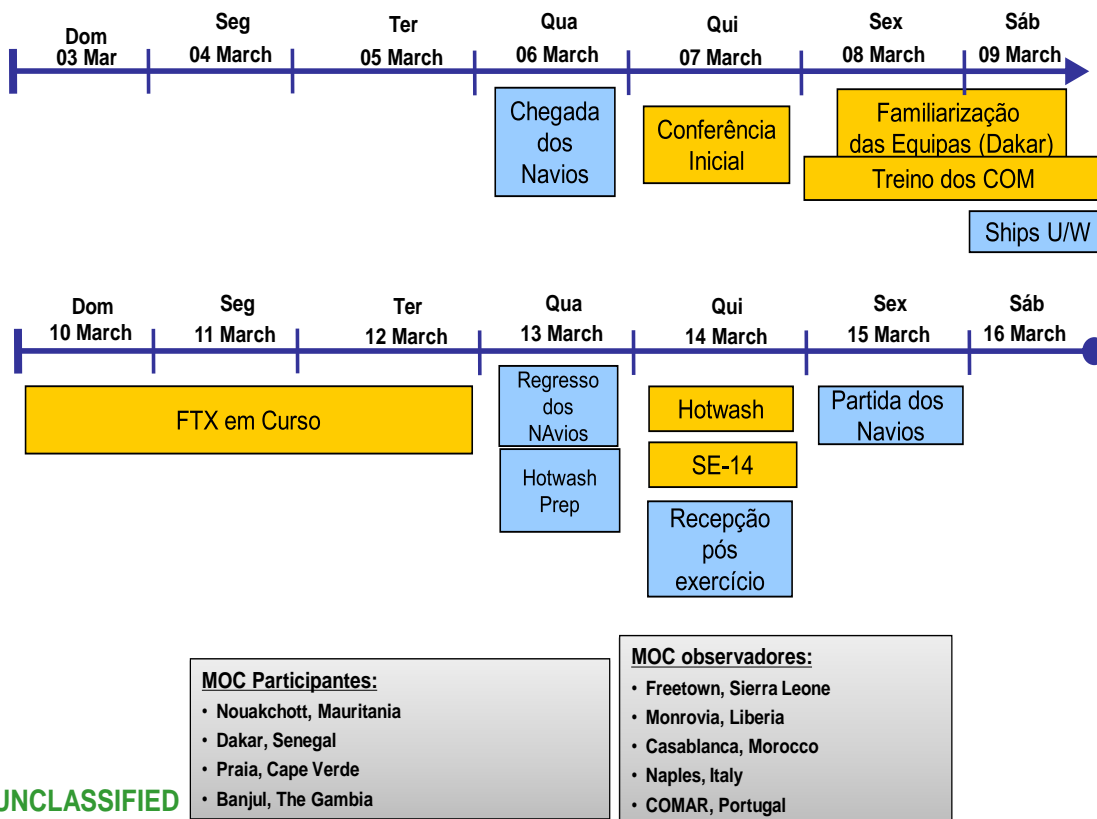
Navios abordados no ano 2012 Pela equipa de abordagem a bordo do N/P “Guardião”

N/0	DATA	NOME EMBARCAÇÃO	TIPO	NACIONALIDADE	ÁREA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
1	30-Mar	BIBICHO	PESCA - DESPORTIVA	CABOVERDEANA	E5SE	LEGAL	
2	30-Mar	AMÉLIA	PESCA - DESPORTIVA	CABOVERDEANA	E5SE	LEGAL	
3	30-Mar	HAPPY HOOKER	PESCA - DESPORTIVA	ALEMÃ	E5SE	LEGAL	LICENÇA PROVISÓRIA
4	30-Mar	DADIMAR DOS	PESCA - PALANGRE	ESPAHOLA	E7NW	ILEGAL	ENCAMINHADO A PORTO GRANDE
5	02MAI	VINT7	PESCA - CERCO	CABOVERDIANA	E5NE	ILEGAL	ENCAMINHADO AO PORTO TARRAFAL -SN
6	02MAI	ORCA	PESCA DE - CERCO	CABOVERDIANA	E5NW	LEGAL	
7	04MAI	CHATO TERCERO	PESCA - PALANGRE	ESPAHOLA	E4NE	ILEGAL	ENCAMINHADO PORTO GRANDE
8	05MAI	FUGA II	VELEIRO – RECREIO	PORTUGUESA	E5NW	LEGAL	
9	05MAI	ITOMA	CATAMARAN RECREIO	CABOVERDEANA	E5NW	ILEGAL	ENCAMINHADO PORTO GRANDE
10	06MAI	VAHNE	VELEIRO	SUIÇA	E5NW	LEGAL	
11	23MAI	ELIAS	RECREIO	CABOVERDIANA		LEGAL	
12	23MAI	SÃO MIGUEL	SALTO E VARA	CABOVERDIANA	F7SE	ILEGAL	SEM NENHUM DOCUMENTO E ENCAMINHADO P/ PORTO DA PRAIA
13	24MAI	SINAGOGA	PESCA - CERCO	CABOVERDIANA	E5NW	LEGAL	
14	24-Mai	MONTE BRANCO	PESCA - CERCO	CABOVERDIANA	E5NE	LEGAL	
15	14-Jun	FENG SHUN 2	PALANGREIRO	CHINESA	H4SE	ILEGAL	ACOMPANHADO E ENTREGUE AS AUTORIDADES MARITIMAS NO PORTO DA PRAIA
16	09-SET	ANIKA III	PALANGREIRO	CABOVERDEANA		LEGAL	ENCAMINHADO AO PORTO GRANDE
17	9-Set	ALKEHEMIA	VELEIRO	FRANCESA		ILEGAL	ENCAMINHADO AO PORTO GRANDE
18	10-Set	CURALINHO	CERCADOR	CABOVERDIANO	NW	LEGAL	FOI FEITA VIA VHF
19	10-Set	AZAD	VELEIRO	FRANCESA		ILEGAL	ENCAMINHADO AO PG
20	01-Out	CEDES	PALANGREIRO	ESPAHOLA	F7SE	LEGAL	TRANZITO
21	01-Out	ALBACORA DIEZ	ATUNEIRO CERCADOR	PANAMA	F7SE	LEGAL	PERMANECEU NA ARIA
22	02-Out	SHUNG SHANG 6	PALANGREIRO	CHINESA	F4SW	LEGAL	PERMANECEU NA ARIA
23	27-Nov	MOUSSAILON	VELEIRO	FRANCESA	S. LUZIA	ILEGAL	ENCAMINHADO AO PG
24	27-Nov	ANDANZA	VELEIRO	FRANCESA	S. LUZIA	ILEGAL	ENCAMINHADO AO PG
25	27-Nov	ILE DU NORD	VELEIRO	HOLANDESA	S.LUZIA	ILEGAL	ENCAMINHADO AO PG
26	27-Nov	TOETYS	VELEIRO	FRANCESA	S.LUZIA	ILEGAL	ENCAMINHADO AO PG
27	27-Nov	MY HÁ LONG	VELEIRO	FRANCESA	S.LUZIA	ILEGAL	ENCAMINHADO AO PG
28	27-Nov	TIPOLOUF	VELEIRO	FRANCESA	S.LUZIA	ILEGAL	ENCAMINHADO AO PG

10. Exercício – Saharan Express 2013



Linha de Execução



UNCLASSIFIED

O cenário do exercício Saharan Express 2013, será diversificado conforme se especifica no quadro a seguir:

Sujeito da Acção	Dia D	Dia D+1	Dia D+2
Equipas de Abordagem	Actividades de Pesca Ilegal, Não regulada e não Reportada	Luta Contra o Narcotráfico	Luta contra o Tráfico do Armas
MOC	Poluição Marítima/ Resposta a um desastre ambiental	Busca e Salvamento	Entrega de Suspeitos e Prova de Tráfico

North Oparea e South Oparea:

Para os dias do Exercício propriamente dito a Área de Operações OPAREA será dividida em duas: **North Oparea e South Oparea.**

Na Área a norte estarão os seguintes meios navais:

- 1 – Limam Eladrami da Mauritânia;
- 2- RMN Bir Anzarane de Marrocos;
- 3- SNS Sangomar do Senegal;
- 4- HMS Argyll do Reino Unido;

Na Área a sul estão os seguintes meios:

- 1- GNS Taipe da Gâmbia;
- 2- GNS Kunta Kinteh da Gâmbia;
- 3- CV Guardião de Cabo Verde;
- 4- ESPS Patrol Vessel TDB de Espanha;
- 5- SNS Lac De Guiers do Senegal;
- 6- SNS Baye Sogui do Senegal.

As fotografias a baixo, refere aos militares da Guarda Costeira de Cabo Verde no exercício SHARAN EXPRESS, em Senegal, juntamente com Marinhas estrangeiras.

11. Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

Como se sabe, a defesa e a segurança do Atlântico constitui um tema de actualidade na senda internacional, o que leva os Países do Atlântico e os interessados a cooperarem, em busca de melhores soluções para combaterem as actividades ilícitas e outras formas de crimes nesta área que é considerada como estratégico. Portanto, Cabo Verde é um País que situa na Costa Ocidental Africana, no Oceano Atlântico e a quem diga que o seu posicionamento é de interesse estratégico no corredor do Atlântico quer a nível do Comércio como também no contributo da defesa e Segurança.

1- Cabo Verde tem cooperado actualmente nas suas políticas e estratégias, no sentido de orientar os seus programas de governação na matéria da defesa e segurança do Atlântico? Justifica.

2- Há vários tipos de crimes (pirataria, narcotráfico, imigração clandestina, pesca ilegal, poluição marinha, tráfico de estupefacientes, tráficos de pessoas etc), que transcorrem no Corredor do Atlântico e que necessitam efectivamente de criação de leis, legislações normativas e de outras diplomas como:

- Tratados, convenções, memorando, etc, que através das suas ratificações e celebrações de acordos e parcerias entre Organizações Internacionais e acções bilaterais /multilaterais entre Países torna-se possível atingirem alguns objectivos comuns, que diferentemente seria difícil.

a) Cabo Verde ratificou alguns tratados importantes na matéria do combate contra os ilícitos acima referidos, que transcorrem no Atlântico e na sua Zona Económica Exclusiva (ZEE). Como justifica?

b) A nível da legislação Cabo Verde tem criado leis ou diplomas normativas, no sentido de reprimir e punir os criminosos que exercem actividades ilícitas nas suas águas?

c) Há aplicabilidade na prática dessas normas por parte das autoridades marítimas (Guarda Costeira, Policia Marítimo, AMP, Polícia Judiciária) e outras autoridades com competência na matéria a partir do Código Marítimo de Cabo Verde?

d) De que forma Cabo Verde tem cooperado com as organizações Internacionais e outros Países na defesa e segurança contra ilícitos no Atlântico.

4 – Em Cabo Verde, a Guarda Costeira é considerado o Braço Naval do Estado e é a única autoridade marítima com capacidade de projectar forças navais e aéreas para fiscalizar as águas sob jurisdição Nacional.

a) Cabo Verde tem capacidade financeira; meios navais e aéreas suficientes para fiscalizar todo Território Nacional, visto que, há interesses do Estado de Cabo Verde em estender a Plataforma Continental para além das 200 milhas náuticas?

b) Cabo Verde através de parcerias tem conseguido fiscalizar as suas águas em conjunto com outros Países?

c) As autoridades marítimas de Cabo Verde têm realizado ou participando nos exercícios e missões contra actividades ilícitas nas suas águas e nas águas dos Países vizinhos, no sentido de dar contributo na defesa e segurança do Atlântico.

5) O Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional de Cabo Verde tem uma visão internacional face aos problemáticos da Defesa e Segurança no Atlântico?

6) Cabo Verde é um País Estável e com Boa Governação para dar o seu contributo na defesa e segurança do Atlântico?

7) Como Sabem, falando da Defesa e Segurança do Atlântico é falar da segurança a partir do mar.

a) Cabo Verde tem um Sistema estratégico (Programa de Governo, Legislação Marítima, Autoridades Marítimas, Geopolítica e Geoestratégia) eficaz na matéria da Defesa e Segurança Nacional e no Atlântico?

8) O Sistema Estratégico de Cabo Verde aproxima-se da política da defesa e segurança do Atlântico, no sentido de atingirem os objectivos comuns que é combater os crimes e actividades ilícitas que transcorrem no corredor do Atlântico, enquanto Cabo Verde um polo estratégico no Atlântico Médio?

Entrevistados:

- Capitão- Tenente Rui Gonçalves
- Capitão- Tenente Kabhi Batista
- Tenente Areolino Soares Delgado
- Mestre Manuel Mendes Ribeiro

Elaborado Por: Anildo Lopes Rocha

14-07-2014

